WWW.JORNALATOS.NET A SUA INFORMAÇÃO DIÁRIA

JORNAL ATOS

ANO 27 R$ 1,50 RMVALE, TERÇA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 2021 N.º 3.771

Câmara aprova projeto que põe fim a reeleição à presidência em Guará

Alteração impossibilita que outros cargos da mesa diretora se mantenham; Celão e Arilson divergem

Fabiana Cugolo
Guaratinguetá

A Câmara de Guaratinguetá aprovou, na última terça-feira, o fim da reeleição para a presidência da Casa dentro de uma mesma legislatura. A proposta teve parecer favorável da mesa diretora e recebeu o sim de 9 dos 11 vereadores.

O projeto entrou em debate em novembro de 2020. Neste ano voltou à discussão, após solicitação dos vereadores Nei Carteiro (MDB), Fabrício da Aeronáutica (MDB), Marcelo da Santa Casa (PSD) e Márcio Almeida (PSC).

Além dos autores, votaram pela proposta Alexandra Andrade (PL), Dani Dias (PSC), Pedro Sannini (PSC), Vantuir Faria (MDB), e Arilson Santos (PSC). Os votos contra o fim da reeleição foram de Marcelo Coutinho, o Celão (MDB) e Rosa Filippo (PSD).

Contrário ao projeto, Celão, que foi presidente da Câmara por três biênios consecutivos (2015/2016, 2017/2018 e 2019/2020), não escondeu a rejeição à medida. "Eu acredito que nós temos hoje o que é mais viável para não haver uma reeleição, que é o voto. Se nós vereadores não quisermos reeleger ninguém dentro da Câmara, temos essa prerrogativa através do voto", destacou durante a votação. "Eu tenho outro ponto de vista. Acho que é um projeto antidemocrático", frisou.

Com a aprovação, a chance de um presidente da Casa se reeleger (o que havia sido aprovado em 2016) se torna barrada. Além do presidente, está proibida também a reeleição de qualquer um dos membros da mesa diretora para o mesmo cargo.

"Eu não seria hipócrita, demagogo, em momento algum, de votar contra um projeto do qual eu fiz uso da prerrogativa", completou Celão, ainda na tribuna.

O atual presidente da Câmara de Guaratinguetá, Arilson Santos, que foi favorável ao projeto, contrariou o antecessor e destacou que acredita que a votação mostra a democracia dentro do Legislativo "Um grande passo foi dado, isso demonstrou a pluralidade. A votação favorável teve votos dos quatro partidos, o que mostra que foi o que a maioria queria", exaltou.

Fotos: Leandro Oliveira

O ex e o atual presidente da Câmara de Guaratinguetá; Celão coleciona três mandatos e Arilson Santos cumpre única gestão com alteração

PF apura fraudes em licitações da Saúde e aponta esquema em Piquete no último ano

Desdobramento de apuração tem indício de manipulação; ação passa por Aparecida, Guará e Potim

Lucas Barbosa
RMVale

Apurando um esquema de lavagem de dinheiro e de fraudes em licitações na área da Saúde, a PF (Polícia Federal) deflagrou uma operação na manhã da última quinta-feira (15) em quatro cidades da região. O trabalho é o desdobramento de uma ação realizada no ano passado que investigou o desvio de verbas públicas em Piquete.

De acordo com a PF de Cruzeiro, a operação, batizada de 'Quid Pro Quo' (expressão em latim que significa "tomar uma coisa por outra"), cumpriu 12 mandados de busca e apreensão em casas de empresários e funcionários públicos em Aparecida, Guaratinguetá, Potim, Taubaté e na capital paulista.

Apesar de afirmar que não pode revelar quais prefeituras têm contratos sob suspeita e servidores municipais investigados, a delegada da PF de Cruzeiro, Luciana Gebrim, informou que nove profissionais foram afastados de suas funções públicas.

Além dos membros do Executivo, um grupo de empresários sofreu o bloqueio de suas contas bancárias e sequestro de bens.

Segundo a delegada, os integrantes da quadrilha são investigados desde a operação "Phármaco", deflagrada em 15 de maio de 2020 em Piquete. Na ocasião, os policiais apuraram fraudes em licitações, desvio de verba da Saúde e superfaturamento no preço de medicamentos e insumos médico-hospitalares fornecidos à Prefeitura. Um servidor municipal, que até hoje não teve sua identidade divulgada à mídia, foi afastado do cargo por envolvimento no caso. "Os materiais apreendidos na ação de Piquete revelaram a associação criminosa de um grupo de empresários responsáveis por fraudes em licitações em diversas prefeituras do Vale e outras regiões, sendo que um deles teve seu recolhimento domiciliar decretado na operação desta última quinta-feira", explicou Luciana.

A delegada informou ainda que a próxima etapa do trabalho será a análise dos novos documentos e materiais apreendidos nas casas dos investigados.

Fotos: Arquivo Atos

O Hospital de Piquete; cidade está no centro de investigações após denúncias sobre contratos de 2020

Em nota oficial, a PF detalhou que o esquema consistia na "manipulação de orçamentos estimativos e na montagem de editais, com a entrega de produtos superfaturados, em quantidade inferior à do contrato. De antemão, já se sabia quem seria o vencedor, tendo em vista ajuste prévio realizado com servidores municipais que em troca recebiam vantagens econômicas (trecho do documento)".

Caso sejam comprovadas suas participações no esquema fraudulento, os envolvidos responderão por associação criminosa, corrupção ativa ou passiva, fraude em licitações e lavagem de dinheiro. Eles podem ser condenados até 29 anos de prisão.

Como a primeira operação da PF apurou fraudes no setor da Saúde da Prefeitura de Piquete em 2020, a reportagem do **Jornal Atos** solicitou um posicionamento da ex-prefeita, Ana Maria de Gouvêa, a Teca (PSB), mas ela preferiu não se manifestar, afirmando que não está ciente do atual andamento das investigações.

opinião

Redes Sociais e os benefícios por Incapacidade

Dra. Liliana Corrêa Leite*

Desde 2016 o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) iniciou a realização do chamado "pente fino" em suas agências. Trata-se de uma operação da Autarquia para atualizar informações sobre o auxílio-doença (benefício por incapacidade provisória) e a aposentadoria por invalidez (benefício por incapacidade permanente) concedidas aos seus segurados.

Em que pese a suspensão de perícias provenientes da pandemia do coronavírus, é certo que essas avaliações serão retomadas assim que possível pelo Instituto.

O que talvez nem todos saibam é que as redes sociais, há algum tempo, vêm sendo utilizadas como meio de prova em demandas judiciais de diversas naturezas e também na análise de benefícios por incapacidade realizadas pelo INSS. A própria ANASPS (Associação Nacional de Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social) já se manifestou sobre a possibilidade de inspeção nas publicações realizadas pelos beneficiários em seus perfis, tais como Facebook, Instagram e outros.

A ideia sustentada é de que a perícia da autarquia vai além dos exames físicos do segurado. Ela busca a avaliação de todo o contexto vivenciado por este, se utilizando de todos os dados disponíveis para entender a sua situação verídica.

Assim, se temos um afastamento por problemas ortopédicos de um determinado cidadão, e em suas redes sociais temos publicações rotineiras de suas participações em jogos de futebol, como justificar que esse trabalhador deverá se manter afastado do exercício de seu trabalho?

De igual forma, se as redes sociais nos contam que a vida do segurado é regada a festas e viagens durante todo o ano, enquanto este apresenta como motivo do afastamento laboral a depressão profunda, é possível que a continuidade na percepção do benefício previdenciário seja prejudicada.

Evidentemente, cada caso deverá ser analisado dentro de suas peculiaridades e na hipótese de abuso por parte da Autarquia no cancelamento de benefícios, o Judiciário deverá ser acionado para reverter essa situação.

Não se pode supor, na linha dos exemplos acima mencionados, que uma simples foto sorrindo em uma rede social desconfigure uma possível depressão. Todavia, inegável que a exposição midiática que caracteriza nossas relações sociais na atualidade passaram a contribuir de forma ostensiva para suposições mínimas acerca da saúde daqueles que manuseiam seus perfis.

Se de um lado, temos no órgão previdenciário uma máquina injusta de negar direitos a quem de fato os tem, por outro temos o abuso de segurados que se utilizam de benefícios devidos em razão de afastamentos que não se justificam, onerando, assim, todo o sistema

*Liliana Corrêa Leite – Advogada, Mestre em Direito, Professora de Graduação e Pós Graduação em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. E-mail: lilianacorrealeite@hotmail.com Celular/Whatsapp: (12) 9 97717670.

Com R$1,8 milhão, Lorena retoma auxílio a famílias afetadas pela crise da Covid

Cidade registra aumento de 1.029 famílias carentes em menos de um ano, com o reflexo da pandemia; nova versão garante benefício com três parcelas de R$100

Rafaela Lourenço
Lorena

Fotos: Rafaela Lourenço

Ballerini, que anunciou três novas parcelas do auxílio emergencial a famílias carentes

A Prefeitura de Lorena retomou o programa de Auxílio Emergencial Temporário para famílias em situação de vulnerabilidade social. A nova edição contará com um investimento superior a R$1,8 milhão distribuído em três parcelas. Mais de seis mil famílias serão beneficiadas.

Anunciado pelo prefeito Sylvio Ballerini (PSDB) durante a última sessão de Câmara, realizada na segunda-feira (12), e reafirmado em entrevista ao **Atos no Rádio** no dia seguinte, o programa deve atender 1.029 famílias a mais do que em seu lançamento em 2020.

Iniciado em maio do ano passado, na gestão de Fábio Marcondes (sem partido), o programa, pioneiro na região repassou três parcelas de R$122,44 e uma de R$300 a 5.132 famílias. Com o impacto econômico e social, devido a pandemia da Covid-19, atualmente 6.161 famílias cadastradas no CadÚnico serão atendidas com a nova versão de três parcelas de R$ 100, a partir do próximo dia 15.

Para a dona de casa Beatriz Auxiliadora, de 33 anos, o auxílio tem um grande peso na renda familiar. Beatriz mora no bairro Ponte Nova com seu companheiro, afastado do trabalho devido a pandemia, e três filhos, um de dez, outro de sete anos e um bebê de 21 dias. Desempregada, Beatriz frisou que o valor deve ser investido na alimentação das crianças. "Por causa que agora tá difícil né, todas crianças dentro de casa, é almoço e janta todos os dias. Fora as verduras que a gente tem que estar comprando toda semana para não deixar as crianças sem. Está me ajudando bastante". Até o momento, eles não recebem auxílio de outros programas sociais como Bolsa Família ou cestas básicas.

Segundo o prefeito Sylvio Ballerini (PSDB), o projeto é fruto de conversas com os vereadores e a população que pediam pela retomada, com o secretariado e um amplo estudo orçamentário. "Acho que é o momento que você tem que dar uma atenção a população. Quem já fez a gente tem que parabenizar, e a gente não pode também deixar de fazer isso. É uma ajuda significativa".

Segundo a Sads (Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social), os beneficiários receberão os pagamentos nos dias 15 de maio, junho e julho pelo mesmo cartão alimentação Alelo utilizado na primeira versão.

Os cadastrados que perderam o cartão devem solicitar a segunda via na sede da secretaria antes da data de depósito. Os atendimentos são realizados de segunda a sexta-feira das 8h às 17h. Os novos incluídos no programa receberão os cartões antes da data prevista para o início do auxílio

A secretaria ressaltou ainda que o projeto já passou pelo Conselho Municipal de Assistência Social, e até o fechamento desta matéria estava com o departamento jurídico da Prefeitura para ser encaminhado para a votação na Câmara.

Em Alta

Guaratinguetá - que recebeu essa semana a boa notícia que o Governo do Estado autorizou a abertura de licitação para concessão dos serviços de operação e adaptação da infraestrutura aeroportuária. O aeroporto Edu Chaves, o único do Vale do Paraíba, está inserido entre os 22 da rede estadual dos blocos Noroeste e Sudeste aprovados para o plano de outorga e regulamentação. A Admninistração Marcus Soliva comemorou a decisão do governador João Dória, porque abre a cidade para o fluxo da aviação comercial, fomentando o turismo e a capacidade comercial, primordial para a retomada do município neste pós pandemia.

Em Baixa

Hospital Regional - O assunto que movimenta cidades como Cruzeiro e Lorena em torno no tema e que o Governo do Estado procrastina uma decisão: se há interesse ou não em construir uma nova unidade de saúde para atender o Médio Vale e Vale Histórico; e, se o plano for utilizar estruturas como as Santas Casas dos municípios envolvidos, o por quê o silêncio do Estado? Enquanto os prefeitos Thales Gabriel e Sylvio Ballerini se mobilizam para ganhar a preferência do projeto, o governador João Doria, que poderia terminar a polêmica com um simples telefonema, segue com seu olhar fito na Presidência da República.

Estado libera comércio e cultos em nova fase do Plano São Paulo

Com redução de internações e queda na ocupação de leitos, governo avança para liberação gradual e segura de serviços não essenciais

Marcelo Augusto dos Santos
RMVale

Fotos: Marcelo A dos Santos

A Rua Principal, no Centro; Estado anuncia fase de transição e amplia flexibilização

Em uma coletiva de imprensa realizada nesta sexta-feira (16) no Palácio dos Bandeirantes, o Governo do Estado de São Paulo anunciou a reabertura de comércio e a realização de cultos (com restrições) a partir deste domingo (18). Denominada "fase de transição", a medida flexibiliza atividades comerciais e religiosas a partir deste domingo (18).

Na primeira semana, entre os dias 18 e 23, o comércio, incluindo lojas de shopping, estará apto a funcionar das 11h às 19h. Na sequência, de 24 a 30 de abril, será a vez do setor de serviços como restaurantes e similares (lanchonetes, casas de sucos, bares com função de restaurante), salões de beleza e barbearias, atividades culturais, parques, clubes e academias. O horário de funcionamento será das 11h às 19h, com exceção das academias, que poderão abrir das 7h às 11h e das 15h às 19h.

Ainda segundo o Estado, a capacidade de ocupação foi limitada em 25% da capacidade do local. No entanto, o toque de recolher das 20h às 5h e o teletrabalho para atividades administrativas foram mantidas na nova etapa.

Segundo o vice-governador e secretário de governo, Rodrigo Garcia, a fase de transição permite que o Estado siga com a flexibilização sem riscos de retroceder no enfrentamento da pandemia. "A fase de transição é necessária para que possamos dar passos seguros adiante, sem o risco de retroceder. O apoio da população nesse novo momento da pandemia continua sendo fundamental, não é hora de baixarmos a guarda", afirmou.

Covid – A RMVale (Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte) registrou, até esta sexta-feira, 161,9 mil casos de Covid-19 e mais de três mil mortes pela doença. Além disso, apresenta uma taxa de 85% de ocupação de leitos de UTI (Unidade de Tratamento Intensivo) e 66% de ocupação de enfermaria.

Expediente

Jornal Atos
CNPJ 00.159.914/0001-08
Registro Civil: Cartório de Registros e Anexos - Guaratinguetá nº 9 - Fl 25 - Lv B-1
Oficial de Reg. de Tit. e Doc. Civil de Pessoas Jurídicas de Lorena - SP nº 27 Prot. Of. A-1, Lv. B-1, Fl. 29
www.jornalatos.net / e-mail.: atosdiario@gmail.com

EDITOR: EDER BILLOTA
Escritório Adm.: R. Mal. Deodoro da Fonseca, 173 - CEP.: 12401-010
Tel.: (12) 3522-9571- Pindamonhangaba
Escritório Logística.: R. Dr. Carlos Santos, 83 CEP.: 12505-010/ Tel. (12) 3133-3257 Guaratinguetá
Central de Redação e Gráfica: Estrada Santa Teresinha, 301 - CEP.: 12.608-100 - Lorena-SP
Tels.: (12) 3301-5005/3152-2148

Representante em São Paulo-SP: Revesp Representações - Tel.: (11) 5051-4611
Circulação: Aparecida - Cachoeira Paulista - Canas - Cruzeiro - Cunha
Guaratinguetá - Lorena - Pindamonhangaba - Potim - Roseira e Cidade do Vale Histórico

IMPRESSÃO: BILLOTA JORNAIS LTDA - ME
CNPJ: 06.304.064/0001-62 / INSCRIÇÃO ESTADUAL: 420.128.993-114
Oficial de Reg. de Tit. e Doc. e Civil de Pessoas Jurídicas de Lorena - SP nº 26 Prot. Of. A-1 Lv. B-1, Fl.

Fazenda da ESPERANÇA

OBRA SOCIAL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA FAZENDA DA ESPERANÇA

CNPJ (MF) nº 48.555.775/0001-50

BALANÇO PATRIMONIAL

(em Reais/ mil)

DOS EXERCÍCIOS ENCERRADO EM	COMUNIDADE TERAPÊUTICA	SAÚDE	SAÚDE GERAL	SOCIAL	EDUCAÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO							
ATIVO CIRCULANTE	24.726.780,91	3.267.924,23	27.996.695,22	934.855,84	36.188,08	28.975.488,52	27.603.905,05
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14.799.268,51	1.294.813,51	15.934.082,02	35.425,85	4.311,08	15.973.818,95	13.616.994,84
VALORES RECEBÍVEIS	2.117.497,02	0,00	2.117.497,02	0,00	0,00	2.117.497,02	2.075.299,05
RECURSO COM RESTRIÇÃO (Subv. a Receber)	6.143.594,56	2.040.051,21	8.204.347,77	916.760,91	0,00	9.121.991,68	9.684.669,51
OUTROS CRÉDITOS	1.247.731,70	6.751,77	1.254.484,47	2.686,28	21.877,00	1.281.047,55	1.776.499,11
ESTOQUES	809.231,70	0,00	809.231,70	0,00	0,00	809.231,70	240.299,86
DESPESAS ANTECIPADAS	179.055,42	3.986,70	179.152,12	1.749,50	0,00	180.901,62	188.548,06
ATIVO NÃO CIRCULANTE	111.289.776,65	2.821.523,43	114.111.105,08	1.366.152,13	225.025,39	115.450.452,58	107.823.886,65
OUTROS CRÉDITOS	292.341,39	0,00	292.341,39	0,00	0,00	292.341,39	894.280,68
INVESTIMENTOS	10.948,55	97,56	11.037,51	0,00	0,00	11.037,51	1.277,62
IMOBILIZADO	148.210.079,22	5.673.625,17	153.883.904,39	1.992.099,26	473.910,36	156.349.914,05	143.545.448,37
DEPRECIAÇÃO	-37.223.584,13	-2.852.594,30	-40.076.178,43	-625.947,13	-248.884,96	-40.750.640,57	-36.617.471,42
COMPENSAÇÃO	213.941,33	0,00	213.941,33	0,00	0,00	213.941,33	120.111,55
ATIVO COMPENSADO	213.941,33	0,00	213.941,33	0,00	0,00	213.941,33	120.111,55
TOTAL DO ATIVO	136.230.498,87	6.089.242,82	142.321.741,68	2.323.123,47	261.213,47	145.096.080,43	135.547.902,82
PASSIVO							
PASSIVO CIRCULANTE	34.504.033,87	3.288.245,71	37.792.279,58	1.056.832,92	294.703,42	39.143.815,92	32.878.111,28
SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS	446.754,42	95.843,38	542.597,80	33.824,13	197,28	576.619,20	614.389,10
PROVISÕES	771.011,89	192.099,83	963.111,72	78.309,56	214.551,07	1.255.972,34	1.285.526,54
FORNECEDORES	712.906,17	5.791,87	718.698,04	760,00	168,30	719.621,14	1.005.584,07
OBRIGAÇÕES FISCAIS	25.906,22	2.680,80	28.587,02	221,71	17,92	28.826,65	93.153,13
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	301.865,73	35.000,00	336.865,73	0,00	3.134,27	176.000,00	80.995,50
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	501.148,59	3.316,04	504.684,63	0,00	0,00	504.684,63	855.784,32
SUBVENÇÕES A REALIZAR	10.267.250,25	1.176.148,84	12.770.498,96	905.744,25	21.713,90	13.700.957,04	14.837.507,28
RECEITAS DIFERIDAS	21.238.884,49	779.434,99	22.018.149,40	14.933,56	60.925,88	22.093.008,85	19.621.253,39
OUTRAS RECEITAS	148.196,29	0,00	148.196,29	0,00	0,00	148.196,29	589.280,77
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	333.856,46	0,00	333.856,46	0,00	0,00	333.856,46	977.282,91
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	41.518,07	0,00	41.518,07	0,00	0,00	41.518,07	82.392,23
OBRIGAÇÕES FISCAIS DE LONGO PRAZO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	894.890,68
OUTRAS RECEITAS	292.341,39	0,00	292.341,39	0,00	0,00	292.341,39	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	101.392.564,11	2.800.996,88	103.988.760,99	1.460.512,50	-48.479,94	105.375.373,55	98.370.245,29
PATRIMÔNIO SOCIAL	95.296.817,32	1.101.275,17	96.401.292,79	-1.214.503,82	-412.244,41	94.774.422,56	88.188.067,96
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	1.837.195,62	165.551,20	2.002.686,82	-213,50	-3.504,65	1.999.070,67	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERNAS	-4.985.551,80	1.728.669,07	-3.256.882,73	2.685.478,55	391.184,18	0,00	0,00
SUPERÁVIT/DÉFICIT ACUMULADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	9.108.162,77	294.756,65	9.402.919,42	-187.950,67	-23.895,06	9.402.080,69	8.184.177,33
COMPENSAÇÃO	213.941,33	0,00	213.941,33	0,00	0,00	213.941,33	120.111,55
ATIVO COMPENSADO	213.941,33	0,00	213.941,33	0,00	0,00	213.941,33	120.111,55
TOTAL DO PASSIVO	136.230.498,87	6.089.242,82	142.321.741,68	2.323.123,47	261.213,47	145.096.080,43	135.547.902,82

Guaratinguetá/SP, em 31 de março de 2021

Pe. JOSÉ LUIZ DE MENEZES
Presidente Geral

Erika Tatiana Santos de Oliveira
Contadora CRC SP-302340/O-3

OBRA SOCIAL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA FAZENDA DA ESPERANÇA

CNPJ (MF) nº 48.555.775/0001-50

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO 2020

(em Reais/ mil)

DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM	COMUNIDADE TERAPÊUTICA	SAÚDE	SAÚDE GERAL	SOCIAL	EDUCAÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
(+) RECEITA BRUTA	84.105.014,59	4.333.186,20	88.834.200,79	1.842.314,71	2.801.488,44	93.160.043,94	84.748.890,19
(+) RECEITAS DE APOIO ÀS AÇÕES	43.334.431,90	4.333.186,20	47.766.121,18	1.842.314,71	2.801.488,44	52.412.305,34	46.234.475,13
(+) DOAÇÕES E SUBVENÇÕES	40.693.718,33	3.787.751,80	44.493.270,68	1.812.742,80	1.707.900,90	48.012.914,94	42.703.840,79
(+) DOAÇÕES	24.267.709,28	879.251,23	25.236.962,49	649.268,20	97.086,52	25.983.315,21	26.830.047,60
(+) CONVÊNIOS E SUBVENÇÕES	5.370.653,20	2.628.798,62	7.999.456,95	883.802,02	1.221.805,10	10.105.064,07	10.082.584,64
(+) SERVIÇOS OBTIDOS GRATUITAMENTE	10.807.355,84	285.700,00	11.126.055,84	77.692,58	88.009,05	11.291.757,47	5.821.008,49
(+) RENDAS VALORIZADAS	2.883.285,24	542.899,68	3.426.185,08	329.175,18	488.870,29	3.744.230,48	3.885.129,07
(+) CONT. PREVIDENCIÁRIA	1.794.460,42	522.441,58	2.316.902,00	220.117,07	471.346,84	3.008.365,91	2.329.847,68
(+) PIS SOBRE FOLHA SENTA	76.075,00	20.488,28	96.563,28	8.648,22	18.533,41	123.744,91	0,00
(+) COFINS SENTA	628.331,75	0,00	628.331,75	0,00	0,00	628.331,75	1.302.782,39
(+) RECUPERAÇÃO DE DESPESAS E REVERSÃO DE ESTIMATIVAS	227.292,40	12.494,48	239.787,10	2.196,75	3.670,38	244.653,93	555.469,88
(+) SERVIÇO DE ATENÇÃO EM REGIME RESIDENCIAL	16.916.469,68	0,00	16.916.469,68	0,00	0,00	16.916.469,68	14.673.542,17
(+) SERVIÇOS CONTRATADOS	16.916.469,68	0,00	16.916.469,68	0,00	0,00	16.916.469,68	14.673.542,17
(+) VENDAS E SERVIÇOS SUSTENTÁVEIS	4.719.666,92	0,00	4.719.666,92	0,00	0,00	4.719.666,92	5.214.716,88
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-451.713,84	0,00	-451.713,84	0,00	0,00	-451.713,84	-1.324.696,74
(-) DESCONTOS CONCEDIDOS INCONDICIONALMENTE	-7.483,11	0,00	-7.483,11	0,00	0,00	-7.483,11	0,00
(-) DEVOLUÇÕES E CANCELAMENTOS	-192.806,00	0,00	-192.806,00	0,00	0,00	-192.806,00	-145.934,39
(-) IMPOSTOS S/RECEITAS	-428.230,73	0,00	-428.230,73	0,00	0,00	-428.230,73	-1.181.725,84
(-) ABATIMENTOS	-2.275,02	0,00	-2.275,02	0,00	0,00	-2.275,02	0,00
(=) RECEITA LÍQUIDA	83.653.301,06	4.333.186,20	88.025.246,22	1.842.314,71	2.801.488,44	92.708.330,10	83.424.193,45
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES	-54.214.879,34	-4.413.197,11	-58.644.176,44	-2.010.042,99	-2.874.181,42	-63.528.400,85	-46.124.758,88
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES - RECURSOS LIVRES	-48.844.131,71	-2.590.308,93	-50.434.759,64	-1.126.240,97	-457.581,65	-52.018.582,26	-39.148.314,14
(-) CUSTOS DAS AÇÕES DE PROMOÇÃO À SAÚDE	-48.844.131,71	-2.590.308,93	-50.434.759,64	0,00	0,00	-50.434.759,64	-36.615.640,54
APLICAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS	-48.844.131,71	-2.590.308,93	-50.434.759,64	0,00	0,00	-50.434.759,64	-36.615.640,54
(-) CUSTOS DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	-1.126.240,97	0,00	-1.126.240,97	-759.807,86
APLICAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS	0,00	0,00	0,00	-1.126.240,97	0,00	-1.126.240,97	-759.807,86
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS EDUCACIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	-457.581,65	-457.581,65	-707.330,04
APLICAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	-457.581,65	-457.581,65	-707.330,04
(-) CUSTOS DOS SERV. E ATIVIDADES - RECURSOS RESTRITOS	-5.370.747,63	-1.823.798,02	-7.194.545,65	-883.802,02	-2.221.601,33	-11.299.949,00	-10.965.344,04
(-) CUSTOS DAS AÇÕES DE PROMOÇÃO À SAÚDE	-5.370.747,63	-1.823.798,02	-7.194.545,65	0,00	0,00	-7.194.545,65	-3.120.351,54
APLICAÇÃO DE RECURSOS DE SUBVENÇÕES PÚBLICAS	-5.370.747,63	-1.823.798,02	-7.194.545,65	0,00	0,00	-7.194.545,65	-3.120.351,54
(-) CUSTOS DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	-883.802,02	0,00	-883.802,02	-870.851,22
APLICAÇÃO DE RECURSOS DE SUBVENÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	-883.802,02	0,00	-883.802,02	-870.851,22
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS EDUCACIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.221.601,33	-2.221.601,33	-2.307.499,08
APLICAÇÃO DE RECURSOS DE SUBVENÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.221.601,33	-2.221.601,33	-2.307.499,08
(=) SUPERÁVIT/ DÉFICIT BRUTO	9.057.675,91	-298.011,35	8.995.867,14	-187.728,28	-17.754,74	8.230.424,14	14.684.561,69
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	-2.592.265,27	-5.621,28	-2.597.886,55	-474,95	-954,84	-2.597.296,33	-2.761.488,46
(-) PESSOAL	-1.670.475,42	0,00	-1.670.475,42	0,00	0,00	-1.670.475,42	-1.791.361,31
(-) SERVIÇOS CONTRATADO	-109.524,96	0,00	-109.524,96	0,00	0,00	-109.524,96	-1.117.151,77
(-) MATERIAIS E MPM ESTRUTURAS	-57.648,54	0,00	-57.648,54	0,00	0,00	-57.648,54	-53.898,55
(-) BENS, MANUTENÇÃO E REPAROS	-99.803,82	0,00	-99.803,82	0,00	0,00	-99.803,82	-155.156,14
(-) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	-42.878,99	0,00	-42.878,99	0,00	0,00	-42.878,99	-29.515,73
(-) DEMAIS ADMINISTRATIVAS	-311.711,53	-5.621,28	-317.347,76	-474,95	-954,84	-318.777,55	-314.396,91
(=) SUPERÁVIT/ DÉFICIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	7.065.410,64	-298.632,63	6.798.187,59	-188.203,13	-18.709,58	5.633.127,81	12.913.073,23
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	-416.823,84	-39.075,08	-455.898,92	-13.655,10	2.725,43	-467.828,59	-853.253,24
(+) RECEITAS FINANCEIRAS	232.791,32	7.332,75	239.992,34	225,51	0,00	240.692,72	259.642,71
(-) JUROS DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	-619.646,35	-36.277,39	-645.923,68	-13.880,11	-5.129,29	-665.002,08	-984.013,84
(-) DESCONTOS CONCEDIDOS	-29.968,81	0,00	-29.968,81	0,00	0,00	-29.968,81	-28.876,31
(=) RESULTADO OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	2.601.164,97	-337.707,71	2.263.457,26	-201.858,23	-16.984,15	2.045.614,88	12.060.819,99
(+) GANHOS NA ALIENAÇÃO	2.242.147,23	0,00	2.242.147,23	0,00	0,00	2.242.147,23	2.303.242,57
(-) GASTOS DIVERSOS	767.671,70	3.914,27	771.586,97	100,00	0,00	771.686,97	519.022,21
(-) PERDAS NA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	248.254,95	-9.343,71	238.911,27	-3.612,38	0,00	235.311,05	221.226,18
(=) SUPERÁVIT/ LÍQUIDO DO PERÍODO	9.108.242,77	-294.756,65	8.813.526,12	-187.950,67	-23.895,06	8.402.080,39	8.184.177,33

Guaratinguetá/SP, em 31 de março de 2021

Pe. JOSÉ LUIZ DE MENEZES
Presidente Geral

Erika Tatiana Santos de Oliveira
Contadora CRC SP-302340/O-3

OBRA SOCIAL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA FAZENDA DA ESPERANÇA

CNPJ (MF) nº 48.555.775/0001-50

DFC - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - Método Indireto

(em Reais/ mil)

DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM	COMUNIDADE TERAPÊUTICA	SAÚDE	SAÚDE GERAL	SOCIAL	EDUCAÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS							
SUPERÁVIT/ DÉFICIT LÍQUIDO DO PERÍODO	9.108.242,77	-294.756,65	8.813.526,12	-187.950,67	-23.895,06	8.402.080,39	8.184.177,33
(+) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	3.624.555,42	233.860,87	3.858.416,29	91.404,83	-18.102,67	3.931.668,45	2.704.392,96
(=) SUPERÁVIT/ DÉFICIT AJUSTADO	12.732.798,19	60.842,78	12.671.942,41	-96.545,84	-41.997,73	12.333.748,84	10.888.570,29
(+/-) VARIAÇÕES ATIVOS OPERACIONAIS DE CURTO E LONGO PRAZO	1.257.657,48	-500.009,91	757.647,57	771.468,32	27.798,00	1.556.913,89	8.029.502,92
VALORES RECEBÍVEIS	-42.397,99	0,00	-42.397,99	0,00	0,00	-42.397,99	-1.791.311,51
RECURSOS COM RESTRIÇÃO (SUBVENÇÃO) A RECEBER	582.709,92	-590.509,68	-357.800,17	779.528,00	0,00	505.697,83	8.828.710,57
OUTROS CRÉDITOS	454.888,92	-2.275,67	452.613,24	-2.156,68	45.000,00	495.455,56	934.022,09
ESTOQUES	-44.931,24	0,00	-44.931,24	0,00	-17.201,00	-62.132,24	-29.867,77
DESPESAS ANTECIPADAS	4.841,20	2.825,44	7.666,64	0,00	0,00	7.666,64	-44.187,73
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	802.549,29	0,00	802.549,29	0,00	0,00	802.549,29	936.025,67
(+/-) VARIAÇÕES PASSIVOS OPERACIONAIS DE CURTO E LONGO PRAZO	1.347.916,00	-90.108,08	1.257.545,95	-806.807,24	42.423,58	492.962,29	-3.129.157,96
SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS	-16.241,73	-126.032,35	-139.773,08	-29.109,27	17.888,45	-151.013,90	82.248,62
FORNECEDORES	268.422,48	-10.024,75	278.447,23	-2.010,71	-4.991,89	-285.352,83	351.677,03
OBRIGAÇÕES FISCAIS	-42.914,54	73,05	-42.841,49	-702,98	972,31	-44.572,16	-19.428,07
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	162.143,39	-2.138,94	160.017,45	0,00	3.999,08	162.016,53	84.390,11
SUBVENÇÕES A REALIZAR	-210.365,39	436.819,51	226.754,12	-774.873,48	-38.392,84	-586.512,20	-6.948.405,95
RECEITAS DIFERIDAS	2.765.610,85	-851.366,60	2.414.244,25	0,00	56.613,01	2.470.857,26	2.294.851,42
OUTRAS RECEITAS/ VENDAS	-1.022.611,77	0,00	-1.022.611,77	0,00	0,00	-1.022.611,77	-846.390,60
(=) FLUXO CAIXA GERADO/ CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	15.488.471,58	-701.021,07	14.758.490,40	-121.384,74	28.344,83	14.665.590,52	13.794.875,55
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS							
(+/-) INVESTIMENTOS	-8.889,20	-76,48	-8.965,68	0,00	0,00	-8.965,68	-1.277,62
(+/-) IMOBILIZADO	-12.975.763,69	-74.708,57	-13.050.471,96	-466.247,12	87.806,66	-13.428.912,42	-10.369.545,44
(+/-) INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(+/-) CTS COMPENSAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(=) FLUXO CAIXA GERADO/CONSUMIDO NAS ATIV. DE INVESTIMENTOS	-12.984.652,89	-74.785,05	-13.059.437,94	-466.247,12	87.806,66	-13.437.878,10	-10.370.823,06
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS							
(+/-) EMPRÉSTIMOS	111.095,00	6.905,00	118.000,00	0,00	0,00	118.000,00	-280.126,00
(+/-) CONST. PATRIMÔNIO SOCIAL	-462.957,59	558.830,74	-403.984,85	707.928,93	56.684,20	360.627,28	1.425.550,91
(=) FLUXO CAIXA CONSUMIDO	-351.862,59	565.413,74	-285.984,85	707.928,93	56.684,20	478.627,28	1.145.424,91
(+/-) AUMENTO/DIMINUIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES	2.052.956,09	-210.371,39	1.842.584,69	-48.843,93	-2.957,91	1.790.782,85	4.571.287,20
(+/-) SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	12.746.312,42	1.505.185,20	13.541.429,91	85.267,30	7.268,61	13.633.965,82	9.062.677,96
(=) SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	14.799.268,51	1.294.813,51	15.384.082,02	35.425,85	4.311,08	15.973.818,95	13.633.965,82

Guaratinguetá, 31 de março de 2021

Pe. JOSÉ LUIZ DE MENEZES
Presidente Geral

Erika Tatiana Santos de Oliveira
Contadora CRC SP-302340/O-3

OBRA SOCIAL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA FAZENDA DA ESPERANÇA

CNPJ (MF) nº 48.555.775/0001-50

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM REAIS

(em Reais/ mil)

PARA O EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	PATRIMÔNIO SOCIAL	AJUSTE DE AVAL. PATRIMONIAL	RESERVAS DE SUPERÁVIT	SUPERÁVIT/DÉFICIT PERÍODO	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	81.958.345,07	0,00	0,00	4.824.471,58	86.782.817,65
INCORPORAÇÃO DO SUPERÁVIT/ DÉFICIT DO EXERCÍCIO 2018	4.824.471,58			-4.824.471,58	
RETIFICAÇÃO DE ERROS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-172.171,03	1.597.832,75			1.425.661,72
APURAÇÃO DE SUPERÁVIT/ DÉFICIT DO EXERCÍCIO DE 2019				8.184.177,33	8.184.177,33
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	86.610.645,62	1.597.832,75	0,00	8.184.177,33	96.372.655,70
INCORPORAÇÃO DO SUPERÁVIT/ DÉFICIT DO EXERCÍCIO 2019	8.184.177,33			-8.184.177,33	
RETIFICAÇÃO DE ERROS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.425.661,72	573.518,74			1.999.179,47
APURAÇÃO DE SUPERÁVIT/ DÉFICIT DO EXERCÍCIO DE 2020				8.402.080,39	8.402.080,39
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	96.220.484,67	573.518,74	0,00	8.402.080,39	105.195.883,80

Guaratinguetá/SP, em 31 de março de 2021

Pe. JOSÉ LUIZ DE MENEZES
Presidente Geral

Erika Tatiana Santos de Oliveira
Contadora CRC SP-302340/O-3

OBRA SOCIAL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA FAZENDA DA ESPERANÇA
C.N.P.J. (MF) nº 48.555.775/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.020

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Obra Social Nossa Senhora da Glória Fazenda da Esperança é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social, com atuação nas áreas da saúde, assistência social e educação, com preponderância na área da saúde, por meio de atendimento em comunidades terapêuticas que prestam serviços de atenção em regime residencial e transitório, a dependentes de substâncias psicoativas.

As comunidades terapêuticas, atividade preponderante da entidade, são regulamentadas pela Resolução RDC 29, pela Resolução CONAD 01, de 19 de agosto de 2015 e pela Lei nº 13.840 de 05 de junho de 2019. São consideradas de saúde para certificação como entidade beneficente, conforme art.8-b da Lei 12.101/2009.

A Entidade tem por finalidades estatutárias:

I) Prestar serviços socioassistenciais de proteção social básica e de proteção social especial a pessoas em situação de exclusão e de risco social (dependentes químicos e alcoólatras, presidiários, portadores do vírus HIV, mulheres, crianças, adolescentes e famílias em situação de risco decorrente da pobreza ou violação de seus direitos, pessoas em situação de rua) ou qualquer outro grupo em situação de vulnerabilidade e risco social; buscando ser uma resposta aos problemas sociais e contribuindo para que se realize a fraternidade entre os homens.

II) Dedicar-se à orientação e divulgação dos seus métodos e experiências à sociedade em geral com o objetivo de prevenir ocorrência de situações de exclusão social e de risco, seus agravamentos e reincidência, em especial as relacionadas ao uso de droga e álcool.

III) Desenvolver projetos educativos, culturais e científicos relacionados a estes problemas sociais.

Pela abrangência das áreas de atuação, a Obra Social Nossa Senhora da Glória Fazenda da Esperança possui os seguintes títulos e certificados:

Registro no Conselho Nacional de Assistência Social: 256.772/75
Certificado de Entidades de Fins Filantrópicos: Portaria Nº 191, de 03 de março de 2020.
Certificado de Entidades de Fins Filantrópicos (em análise):
Processo 25000.003105/2017-06 e Processo 25000.213604/2019-63
Número da inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social: 032
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: Registro número 025
Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social – SEDS: 2289/70-SP
Reconhecimento de Utilidade Pública Estadual: Lei 9028, de 08.12.95.
Reconhecimento de Utilidade Pública Municipal: Lei 1177, de 30.04.70.
Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES - 9110437
Certificado de Entidade (CEE): 0502/2012

NOTA 02 - BASE PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de Conformidade

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2020, além da observância à Lei nº 6.404/76 e suas alterações, a Obra Social Nossa Senhora da Glória Fazenda da Esperança declara, de forma explícita e sem reservas, que em todas as circunstâncias, a representação apropriada é obtida pela conformidade com as normas, interpretações e comunicados técnicos do Conselho Federal de Contabilidade – CFC; relacionados a seguir:

I. Resolução CFC n. º 1.330/11 – aprova a ITG 2000 – Escrituração Contábil;
II. Resolução CFC n. º 1.374/11 e suas alterações – aprova a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro;
III. Resolução CFC n. º 1.185/09 e suas alterações – aprova NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis;
IV. Resolução CFC n. º 1.409/12 – aprova a ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucro – que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.
V. Resolução CFC n. º 1.255/09 e suas alterações – aprova NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas;
VI. Demais NBC TGs completas, quando aplicáveis.

b) Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

c) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do ambiente econômico onde a Obra Social Nossa Senhora da Glória Fazenda da Esperança atua.

d) Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CFC exige que a Obra Social Nossa Senhora da Glória Fazenda da Esperança faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

NOTA 03 - FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL – RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 (NBC ITG 2000):

a) A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico;

b) O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos;

c) A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

d) A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica contábil ou aceitas pelos "usos e costumes".

e) A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 04 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último período social, findo em 31 de dezembro de 2020.

a) Regime de Competência

As receitas e as despesas são devidamente reconhecidas, respeitando-se o regime contábil de competência.

O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento, pressupondo a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

b) Segregação de Atividades

As contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, são reconhecidas e apresentadas de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como saúde, educação assistência social e demais atividades.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa apenas quando possui vencimento de curto prazo, de cerca de três meses ou menos da data de aquisição. Saldos bancários a descoberto decorrentes de empréstimos obtidos por meio de instrumentos como cheques especiais ou contas-correntes são geralmente considerados como atividades de financiamento similares aos empréstimos. Entretanto, se eles são exigíveis contra apresentação e formam uma parte integral da administração do caixa da entidade, devem ser considerados como componentes do caixa e equivalentes de caixa.

(I) Equivalentes de Caixa – Aplicação Financeira

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

(II) Equivalentes de Caixa – Recursos com Restrição

Equivalentes de caixa mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de projetos e/ou demais atividades de fins específicos, contendo restrições sobre a sua utilização, são apresentados separadamente daqueles livres de restrições sobre a sua utilização.

d) Ativos circulantes e não circulantes.

Contas a receber de clientes - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado.

e) Estoques

Os valores dos Estoques constantes do Balanço Patrimonial referem-se às atividades de editora e livraria, bazar, revenda de doces, fabricação de polpa de frutas, água sanitária, velas, produtos agrícolas, padaria e ateliê, estão avaliados pelo custo de aquisição ou produção (Resolução CFC Nº. 1.170/09 - NBC TG 16).

f) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo cust

i) **Doações:**
As doações e subvenções recebidas para custeio e investimento são reconhecidas no resultado.

NOTA 05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A política contábil adotada está apresentada na *nota explicativa nº 04 (c)*.

EM REAIS

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	C.TERAPEUTICA	SAUDE	SAÚDE GERAL	EDUCAÇÃO	SOCIAL	31/12/2020
RECURSOS LIVRES- SEM RESTRIÇÕES	10.090.070,10	845.579,76	**10.890.649,86**	**2.277,46**	**15.637,92**	**10.913.065,24**
CAIXA	72.547,26	2.646,25	75.193,51	1.267,54	1.876,17	78.337,22
BANCO CONTA MOVIMENTO	2.611.910,05	22.927,30	2.634.837,35	1.009,92	3.393,30	2.639.240,57
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	7.365.612,79	820.006,21	8.185.619,00	0,00	10.368,45	8.195.987,45
RECURSOS VINCULADOS A SUBVENÇÕES	4.689.098,41	349.333,75	**5.038.432,16**	**2.033,62**	**19.785,93**	**5.060.251,71**
BANCO CONTA MOVIMENTO	373.138,19	18.603,64	391.941,83	0,00	19.463,69	411.405,52
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.315.960,22	330.530,31	4.646.490,53	2.033,62	322,24	4.648.846,39
TOTAL	14.779.168,51	1.194.913,51	**15.934.082,02**	**4.311,08**	**35.423,85**	**15.973.816,95**

BP- LINHA 03

NOTA 06 – ESTOQUES

A política contábil adotada está apresentada na *nota explicativa nº 04 (e)*.

ESTOQUES	C.TERAPEUTICA	SAUDE	SAÚDE GERAL	EDUCAÇÃO	SOCIAL	31/12/2020
MATERIA PRIMA	65.560,87	0,00	65.560,87	0,00	0,00	65.560,87
PRODUTOS EM ELABORAÇÃO	1.418,75	0,00	1.418,75	0,00	0,00	1.418,75
OUTROS MATERIAIS DIVERSOS	89.427,07	0,00	89.427,07	0,00	0,00	89.427,07
PRODUTOS ACABADOS	72.601,41	0,00	72.601,41	0,00	0,00	72.601,41
MERCADORIAS PARA REVENDA	76.223,60	0,00	76.223,60	0,00	0,00	76.223,60
TOTAL	305.231,70	0,00	**305.231,70**	**0,00**	**0,00**	**305.231,70**

BP- LINHA 07

NOTA 07 – IMOBILIZADO

A política contábil adotada está apresentada na *nota explicativa nº 04 (f)*.

As depreciações foram calculadas pelo método linear, absorvidas no custeio das atividades, à taxa estabelecida em função do tempo de vida útil fixada por espécie de bens. De acordo com determinação da Resolução CFC No. 1.177/09 (NBC – TG 27), a Entidade analisou e manteve suas taxas de depreciação de acordo com a vida útil e utilização dos bens.
Em 2020, ocorreram a seguintes movimentações de aquisições e baixas nos ativos imobilizados.

EM REAIS — EXERCICIO 2020

IMOBILIZADO	CONTAS	SALDO FINAL 2019	ADIÇÕES	BAIXAS	SALDO ATUAL 2020
	Bens em Operação	**131.242.394,47**	**17.583.576,39**	**4.393.123,13**	**144.432.847,64**
	Imóveis	34.284.134,17	2.285.684,36	52.000,00	36.517.818,53
	Edificações	62.679.015,05	6.476.185,02	1.459.804,62	67.695.395,45
	Moveis E Utensílios	10.231.499,89	1.552.284,14	47.300,45	11.736.483,58
	Instalações	4.231.979,43	1.165.404,07	293.864,95	5.103.518,55
	Veículos	10.703.501,82	3.600.307,32	2.315.443,47	12.188.365,67
	Maquinas E Equipamentos	5.403.543,29	2.003.521,31	261.996,12	7.145.068,48
	Ferramentas E Acessórios	91.153,18	11.500,00	23.000,00	79.653,18
	Hardware/Software	1.080.613,82	200.009,79	8.019,92	1.272.603,69
	Bentfeitorias	1.029.157,06	0,00	0,00	1.029.157,06
	Biblioteca	127,00	0,00	0,00	127,00
	Utensílios De Cozinha	24.685,76	7.836,69	0,00	32.522,45
	Obras De Arte	305.799,00	79.000,00	0,00	384.799,00
	Equipamentos Nao Freezing Point	204.582,07	0,00	0,00	204.582,07
	Equipamentos Nao. Freezing Point	458.294,40	0,00	0,00	458.294,40
	Moveis E Utens - Freezing Point	40.874,26	0,00	0,00	40.874,26
	Transporte - Freezing Point	141.400,02	0,00	0,00	141.400,02
	Biológico	331.994,25	1.843,60	1.693,60	332.144,25
	Imobilizado em Andamento	**12.303.053,90**	**4.636.067,52**	**5.022.054,81**	**11.917.066,41**
	Imobilizado Em Construção - Obras	10.650.745,84	3.078.402,52	4.912.632,55	8.816.515,81
	Consórcios Em Andamento	164.320,00	0,00	0,00	164.320,00
	Bens Nacionais Em Andamento	39.242,00	65.000,00	2.670,00	101.572,00
	Reforma E Ampliação Dos Prédios	1.448.746,06	1.492.664,60	106.752,26	2.834.658,60
		143.545.448,37	**22.219.643,02**	**9.415.177,94**	**156.349.914,05**
	Depreciação, Amortização E Exaustão	-36.817.471,42	-2.310.609,71	6.243.776,66	-40.750.645,37
	Total Movimentações De Aquisições E Baixas Nos Ativos Imobilizados	**106.727.976,95**	**24.530.253,33**	**15.658.956,60**	**115.599.273,68**

EM REAIS — EXERCICIO 2020

IMOBILIZADO	CONTAS	SALDO FINAL 2019	ADIÇÕES	BAIXAS	SALDO ATU 2020
	COMUNIDADE TERAPEUTICA	192.606.705,98	23.056.418,78	14.706.689,67	110.966.495
	SAÚDE	2.980.418,07	104.920,17	264.107,17	2.821.231,
	SAÚDE GERAL	195.617.184,05	23.161.338,95	14.970.796,84	113.607.726
	SOCIAL	991.729,84	1.212.242,76	637.460,47	1.566.512,
	EDUCAÇÃO	119.063,06	156.671,62	50.699,29	225.035
	Total movimentações de aquisições e baixas nos ativos imobilizados- POR ÁREA DE ATUAÇÃO	**196.727.976,95**	**24.530.253,33**	**15.658.956,60**	**115.599.273**

BP- LINHAAS 12 e 13

NOTA 08 – SEGUROS

A entidade contratou seguros contra sinistros para veículos, com valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

NOTA 09 – OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais, empregaticias, tributárias, judiciais e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

NOTA 10 – SUBVENÇÕES E PARCERIAS

Os recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais e do setor privado têm como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

Para a contabilização de suas subvenções governamentais, a Entidade, atendeu a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

A entidade recebeu e/ou aplicou-reconheceu como receita no ano 2020, os seguintes auxílios e subvenções do Setor Público e Privado.

SUBVENÇÕES A REALIZAR- PÚBLICO

ÁREA SOCIAL	CONCEDENTE/UPS/CONVÊNIO	SALDOS 2019	VALOR CONVENIADO e/ou RECEBIDO	VALOR REALIZADO e/ou UTILIZADO	VALOR A RECEBER e/ou UTILIZAR
	CVFC00013-CASA DA CRIANCA CONV 01/2018 - FEDERAL	240.000,00	29,68	120.000,00	120.029,68
	CVEC00076-MATRIZ PROJ GIRASSOL- CONV N.07/2018	65.254,13	7,95	32.572,80	32.669,28
	CVEC00072-CASA DA CRIANCA-CONV 01/2018 - ESTADUAL	41.104,80	3,86	20.552,40	20.556,26
	CVMC00084-FORTALEZA SN CC- CONV N 18/2018-SMS	18.806,44	4.688,44	23.494,88	0,00
	CVMC00086-SOL NASC FORT CCRIANCA - 13/2020 SMS	0,00	105.600,00	36.002,00	69.598,00
	CVMC00063-CASA DA CRIANCA- CONV S/N- PREF MUN GTA	41.375,91	0,00	0,00	41.375,91
	CVMC00078-CASA DA CRIANCA-CONV.01/2018 - MUNICIPAL	1.302.646,60	192,04	651.322,60	651.516,04
	TOTAL AREA DO SOCIAL	**1.709.146,88**	**110.521,95**	**883.944,68**	**935.744,15**

ÁREA SAUDE	CONCEDENTE/UPS/CONVÊNIO	SALDOS 2019	VALOR CONVENIADO e/ou RECEBIDO	VALOR REALIZADO e/ou UTILIZADO	VALOR A RECEBER e/ou UTILIZAR
	CVFI00002-MATRIZ- CONV 60/2018 SENAD/MJ-SINCONV	58.562,09	190,84	58.752,93	0,00
	CVFI00012-CONV. 15/2017 SENAD - MATRIZ V	8.123,20	17,14	8.140,34	0,00
	CVFI00005-CONV. 10/2017 SENAD - MATRIZ	36.423,77	167,86	29.124,86	7.466,77
	CVFI00044-CENTRO MASC.- CONV. 901089/2020 SENAPRED	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
	CVFI00010-PROD DE LIMPEZA- CONV 65/2016 SENAD/MJ	78.234,17	103,70	78.326,98	10,89
	CVFI00016-PEDRINHAS - CONV. 00046/2018 - SENAD MJ	2.728,24	10,81	0,00	2.739,05
	CVFI00041-LAGARTO MASC SENAPRED 901519/2020	0,00	300.041,72	0,00	300.041,72
	CVFI00007-LAGARTO MASC 857006/2017 MJSP SENAD	150.861,19	876,80	151.737,99	0,00
	CVFI00021-GARANHUNS MASC - CONV N.010/2018 SENAD/M	140.833,87	42,81	140.876,68	0,00
	CVFI00003-SNASCENTE I - TCOOP PORT 798 - SUS	3.037,03	172.844,12	172.856,80	3.024,35
	CVFI00037-LAJEADO - SENAPRED 901796/2020	0,00	150.020,86	0,00	150.020,86
	CVFI00042-LAJEADO - SENAPRED 901571/2020	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00
	CVFI00034-MANAUS MASC - CONV. 901510/2020-SENAPRED	0,00	200.028,97	0,00	200.028,97
	CVFIC0015-MANAUS MASC - CONV N.21/2017 SENAD	150.910,07	3,36	153.000,85	912,58
	CVFI00043-FORTALEZA SENAPRED 901325/2020	0,00	700.000,00	0,00	700.000,00
	CVFIC0020-FORTALEZA SENAPRED 901403/2020	0,00	100.013,91	0,00	100.013,91
	CVFI00018-CONV RES 295/2014- CJF PORTO NACIONAL	19.120,00	0,00	19.120,00	0,00
	CVFI00026-TEOFILO OTONI- CONV.883984/2019 SENAPRED	100.042,18	485,42	100.000,00	527,60
	CVFI00019-TRES MARIAS-20/2018-SENAD/MJ	159,16	0,78	0,19	159,75
	CVFI00001-MATRIZ- CONV 01481/2010- MINIS SAUDE	89.691,84	202,80	81.288,68	8.605,96
	CVFC00017-GARARU TERMO DE FOMENTO 884033/2019	100.042,18	176,09	100.218,27	0,00
	CVFIC0002-GARARU 862849/2017 MJSP	44.643,07	113,34	44.756,41	0,00
	CVFIC0008-GARARU CONV 879151/2018 SENAD	373,16	1,78	374,94	0,00
	CVFI00023-LAGARTO FEM TERMO DE FOMENTO 883965/2019	150.063,27	547,46	150.610,73	0,00
	CVFI00039-LAGARTO FEM - SENAPRED 901729/2020	0,00	100.013,91	0,00	100.013,91
	CVFIC0004-TERESOPOLIS - CONV 23/2017 SENAD MJ	64.012,79	133,63	62.734,71	1.411,61
	CVFIC0017-GARUVA CV 901029/2020 SENAPRED	0,00	150.020,86	0,00	150.020,86
	CVFIC0014-SOBRAL 67/2018 SENAD/MJ	200.000,00	371,02	200.371,02	0,00
	CVFI00030-IBIPORA SENAPRED N901620/2020	0,00	150.029,46	141.337,94	8.691,52
	CVFI00025-GUARARA - CONV 883900/2019 SENAPRED	100.015,76	314,88	100.330,64	0,00
	CVFI00015-COROMANDEL - CONV 62/2018 - SENAD MJ	70.391,96	189,58	70.581,54	0,00
	CVFIC0006-MACAE - CONV 24/2017 SENAD MJ	200.838,90	742,29	198.857,29	2.723,90
	CVFC00011-IRACEMA - CONV 16/2017 SENAD	100.000,00	1.145,96	101.145,96	0,00
	CVFI00013-IRACEMA CONV Nº 22/2017 SENAD	150.000,00	1.006,43	149.185,82	1.822,61
	CVFI00025-IRACEMA -CONV 883966/2019 SENAPRED	100.000,00	423,62	100.423,62	0,00
	CVFIC0012-IRACEMA-16/2018 SENAD/MJ	100.712,06	267,66	100.077,35	902,37
	CVFIC0013-IRACEMA-17/2018 SENAD/MJ	181.281,69	857,33	180.100,14	2.038,88
	CVFI00020-ITABIRA - CONV 63/2018 - SENAD MJ	8.429,79	2.929,05	11.358,84	0,00
	CVFI00031-ITABIRA SENAPRED-901323/2020	0,00	100.028,89	0,00	100.028,89
	CVFIC0019-ITAINOPOLIS - SENAPRED 901545/2020	0,00	100.013,91	0,00	100.013,91
	CVFI00047-MAURITI TERMO DE FOMENTO 904063/2020	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
	CVFIC0009-ALEGRE - CONV 62/2018 SENAD MJ	82.660,47	320,09	81.672,00	1.308,56
	CVFIC0003-GUAPIMIRIM - CONV 06/2017 SENAD MJ	124.235,48	388,59	122.792,83	1.832,24
	CVFIC0011-POUSO ALEGRE-18/2018 SENAD/MJ	100.198,39	327,51	100.525,90	0,00
	CVFI00045-CHAPECO CON 901565 SENAPRED	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
	CVFI00040-BELEM - SENAPRED 901744/2020	0,00	300.041,72	0,00	300.041,72
	CVFI00035-REDENCAO CV 901091/2020 SENAPRED	0,00	100.013,91	0,00	100.013,91
	CVFI00027-TAIOBEIRAS -CONV.883961/2019 SENAPRED	100.000,00	434,65	48.429,00	52.006,65
	CVFI00024-BERIZAL - CONV 883985/2019 - SENAPRED	100.042,18	250,21	100.000,00	292,39
	CVFIC0016-BACABAL TERMO DE FOMENTO 901710/2020	0,00	300.099,90	0,00	300.099,90
	CVFIC0018-COLATINA - CONV 901597/2020 SENAD MJ	0,00	180.025,03	0,00	180.025,03
	CVFI00032-BOM JARDIM DE MINAS - 901584/2020	0,00	250.063,25	0,00	250.063,25
	CVFI00033-JABOATAO GUARARAPES T FOMENTO 901632/20	0,00	100.013,91	0,00	100.013,91
	CVFI00036-GOIANIA- SENAPRED 901762/2020	0,00	100.013,91	0,00	100.013,91
	CVFI00022-SANTANA -CONV JUSTICA FEDERAL	27.549,00	0,00	0,00	27.549,00
	CVFI00046-SANTA RITA SAPUCAI CV 901324 SENAPRED	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00
	CVFC00019-MANAUS FEM - CV 883985/2019 SENAPRED	200.064,37	588,75	200.000,00	673,12
	CVFC00018-TERMO DE FOMENTO N 883985/2019 DEV	300.000,00	299,75	299.983,22	316,53
	CVFI00029-RET VIDA-CONV 883961/2019 SENAPRED	250.105,46	597,42	230.918,19	19.784,69
	CVEC00069-MATRIZ V -CONV. N. 119/2017 -DRS CUSTEIO	1.488.951,13	8.238,72	1.025.408,98	471.780,87
	CVEI00032-MATRIZ V-CONV 997/13- CASAS MINAS	1.986.289,19	9.253,30	0,00	1.995.542,49
	CVEC00079-COROATA MASC CONV EST 002/18 SES	713.181,50	795,95	713.977,45	0,00
	CVEC00091-COROATA MASC - 02/2020 - SES	0,00	840.011,87	69.842,20	770.169,67
	CVEC00092-COROATA MASC - 05751/2020 - SEDES	0,00	31.501,42	31.300,51	200,91
	CVEI00038-COROATA MASC - CONV 201021/2015 SEDES	412,62	0,00	412,62	0,00
	CVEC00024-SOL NASCENTE I CONV 1148/2014 DRS XVII	31,00	0,00	31,00	0,00
	CVEC00056-SOL NASCENTE I - DEC EST. 53.019 - SUS	47.520,31	129.787,54	150.962,60	26.345,25
	CVEC00071-SOL NASCENTE I - CONV. N.003/2018 SEC SP	98.167,70	80,80	98.248,50	0,00
	CVEC00090-SNASCTE I - CONV 0129/20 - DRS	0,00	380.013,09	167.081,73	212.931,36
	CVEI00003-RBRILHANTE - CONV 11587/2008 - SEC EST T	644,39	0,00	644,39	0,00
	CVEC00060-LAJEADO - CONV 002/2016 - SCJ	99.961,86	33,25	28.130,10	71.865,01
	CVEC00083-MANAUS MASC - CONV N.003/2019 FES	150.000,00	255,58	150.255,58	0,00
	CVEC00084-MANAUS MASC - CONV N.006/2019 FES	150.000,00	499,45	150.499,45	0,00
	CVEC00086-MANAUS MASC - CONV N.011/2019 FES	192.064,00	1.132,55	191.703,66	1.492,89
	CVEC00089-MANAUS MASC - CONV N. 001/2019 FES	0,00	80.269,77	80.269,77	0,00
	CVEC00093-MANAUS MASC - CONV. N. 004/2020 - SES	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
	CVEI00016-MANAUS MASC - CONV N. 002/2019 FES	0,00	200.928,91	200.209,00	719,91
	CVEI00017-MANAUS MASC - CONV N. 009/2019 FES	0,00	50.196,00	50.196,00	0,00
	CVEI00018-MANAUS MASC - CONV. 006/2020 - FPS	0,00	150.012,55	0,04	150.012,51
	CVEI00020-MANAUS MASC - CONV. 010/2020 - SES	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
	CVEI00021-MANAUS MASC-CONV 025/2020-SEJUSC	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
	CVEI00022-MANAUS MASC(TECE)-CONV 026/2020-SEJUSC	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00
	CVEIC0001-MANAUS MASC CONV N. 013/2019	0,00	200.600,58	200.600,58	0,00
	CVEC00063-PORTO NACIONAL-CONV 03/2016-SCJ-CUSTEIO	82.039,88	41,18	41.252,68	40.828,38
	CVEC00053-SOL NASC II - CONV. 345/2016 DRS CUSTEIO	63.333,34	0,00	63.333,34	0,00
	CVEC00057-SOL NASCENTE II - CONV 735/2016 SAUDE	361.411,99	285,89	361.697,88	0,00
	CVEC00066-SOL NASCENTE II - CONV 064/2017 - SAUDE	309.076,27	508.039,78	583.281,43	232.834,42
	CVEC00085-SOL NASC II - CONV 01293/20 SEC SAUDE	0,00	1.520.034,87	159.963,03	1.360.071,84
	CVEC00050-MARECHAL DEODORO CONV 029/2016	168,95	0,00	168,95	0,00
	CVEC00081-MAL DEODORO TERMO DE COLABORACAO 28/2018	172.177,85	0,10	63.903,70	108.274,05
	CVEC00059-CAMPO MAIOR - CONV 03/17 CEDROGAS	176.758,75	36.005,80	124.145,23	88.649,32
	CVEC00082-P DAS TRINCHEIRAS - T.COLABORACAO 027/18	145.980,34	5,18	145.985,52	0,00
	CVEI00056-CASETTA CONV 149031-2014-FUSSESP	9.743,42	0,00	1.268,96	8.474,46
	CVEC00087-ITABIRA CONV 871/2019 SEJUSP/NUCOE	35.000,00	157,47	35.157,47	0,00
	CVEC00061-ITAINOPOLIS - CONV.12/17 - CEDROGAS	70.400,05	88.015,63	92.738,06	65.677,62
	CVEC00067-S JOAO VARJOTA - CONV 13/17 - CENDROGAS	139.217,11	176.008,23	257.779,29	56.446,05
	CVEI00007-BELEM - CONV.04/2015 - SEASTER	14,00	0,00	14,00	0,00
	CVEC00094-IMPERATRIZ - PROC. N. 0675/12/2020 SEDES	0,00	5.400,00	1.800,00	3.600,00
	CVEI00015-MATRIZ- T. AUX E SUBV N. 008/2018- AL/AP	89.013,10	0,00	88.978,80	31,30
	CVEC00062-PALMAS - CONV 001/2016 - SCJ	133.497,22	25,78	25.458,12	108.064,88
	CVEI00009-PALMAS - CONV 11/2015 SEDS	575,15	0,00	575,15	0,00
	CVEI00069-MANAUS FEM - CV027/2019 FPS	126.500,00	496,75	126.996,75	0,00
	CVEI00019-MANAUS FEM - CONV. 007/2020 - FPS	0,00	149.796,21	0,04	149.796,17
	CVMC00085-LAGARTO MASC SEDEST.FMAS 02/2018	100.000,00	5,96	34.938,73	65.067,23
	CVMC0003-GARANHUNS M CONV007/2020-SEC MUN A SOCIA	0,00	144.000,00	108.000,00	36.000,00
	CVMC00006-SOL NASCENTE I- CONV SUB. LEI 3169- PREF	16,79	0,00	16,79	0,00
	CVMC00067-CASCA - CONV 2616/2016 - FUNDO M AGRICUL	40.000,00	0,00	24.236,03	15.763,97
	CVMC00056-MANAUS MASC - CONV 001/2016 - SEMAPS	30.525,50	0,00	30.525,50	0,00
	CVMC00089-MANAUS MASC-CONV 26/2018- FSS	90.009,27	55,71	90.064,98	0,00
	CVMC00090-MANAUS MASC - CONV 019/2019 FMS	190.000,00	-	190.000,00	0,00
	CVMI00009-MANAUS MASC - CONV 01/2019 SEMASC	0,00	19,85	0,00	19,85
	CVMIC0005-MANAUS MASC-CONV033/2020-FMS	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
	CVMIC0006-MANAUS MASC - CONV. N. 025/2020 - SEMASC	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
	CVMC00086-PORTO NACIONAL - 002/2017- FMS (ENERGIA)	12.543,92	90.000,00	22.272,46	80.268,46
	CVMC00152-TERESOPOLIS - CONV 21080/2020 PREF MUNIC	0,00	32.306,12	32.306,12	0,00
	CVMI00005-GARUVA - CONV 006/2011 - PMGARUVA	0,22	0,00	0,22	0,00
	CVMC00046-GARUVA - CONV 09/2015 PREF MUNIC GARUVA	10,54	0,00	10,54	0,00
	CVMI0012-CAMPO GRANDE- SESAU 616/2019	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00
	CVMI0014-CAMPO GRANDE - CONV. 58284/2020 SESAU	0,00	12.000,33	0,00	12.000,33
	CVMC00038-SOBRAL - CONV MUN. 1002/2014-STDS	24.000,00	0,00	24.000,00	0,00
	CVMC00077-SOBRAL - CONV 001/2017-MUNICIPAL	192,36	0,00	192,36	0,00
	CVMC00095-SOBRAL - SMS TERMO N 003/2019	0,00	110.023,14	106.249,11	3.774,03
	CVMC00121-SOBRAL - FRECHEIRINHA N 003/2020	0,00	12.540,00	1.045,00	11.495,00
	CVMC00002-GUARARA - CONV 02/2013 - PMG	29.366,62	0,00	29.366,62	0,00
	CVMC00099-POUSO ALEGRE TERMO N 023/2020/SMPS/RE	-	30.000,00	29.986,92	13,08
	CVMC00103-POUSO ALEGRE TERMO N 025/2020/SMPS/RE	-	30.000,00	29.906,51	93,49
	CVMI0002-POUSO ALEGRE - CONV. 001/2019 - PREF MU	0,04	0,00	0,04	0,00
	CVMC00006-CHAPECO - CONV 205/2013-PMC	22,14	0,00	22,14	0,00
	CVMI0004-TUCUMA CV 005/2020 SMDS	0,00	14.900,00	14.900,00	0,00
	CVMC00054-RES TERAPEUTICA IR ASSUNTA-CONV MUNICIPA	0,00	324.090,60	323.459,30	631,30
	CVMC00066-RES TERAPEUTICA JOAO ROSENDO CONV MUNIC	815.493,45	224,21	347.355,50	468.362,16
	CVMC00090-SOL NASC FORT CA- CONV N 05/2019- SMS	85.922,95	146,25	86.069,20	0,00
	CVMC00094-SOL NASC FORT CA- CONV. N 26/2019-SMS	0,00	50.116,35	30.882,20	19.234,15
	CVMI0013-SANTA RITA SAPUCAI-PREFEITURA MUNICIPAL	0,00	25.000,00	25.000,00	0,00
	CVMI00026-RES TERAPEUTICA - LEI 10.709- PREF MUNIC	0,00	325.500,46	325.500,46	0,00
	CVMC00080-GARANHUNS - CONV 005/2018 - FMAS	9.104,14	0,00	9.104,14	0,00
	CVMC00088-GARANHUNS F- 005/2019- SEC MUNC (MDS)	19.889,46	0,00	19.889,46	0,00
	CVMC00096-GARANHUNS F - CV 005/2020 - M D S	0,00	36.000,00	14.902,82	21.097,18
	CVMC00092-MANAUS FEM - CONV. N.033/2019 FMS	189.983,00	1.138,51	190.309,45	812,06
	CVMC00154-MANAUS FEM - CONV. 046/2020 - FMS	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
	CVMI00008-MANAUS FEM- CONV 29/2019- FSS	90.090,12	79,54	90.169,66	0,00
	TOTAL AREA DA SAUDE	**12.501.744,87**	**12.077.682,80**	**11.849.928,57**	**12.729.498,90**

ÁREA EDUCAÇÃO	CONCEDENTE/UPS/CONVÊNIO	SALDOS 2019	VALOR CONVENIADO e/ou RECEBIDO	VALOR REALIZADO e/ou UTILIZADO	VALOR A RECEBER e/ou UTILIZAR
	CVMC00082-CEI SAO MANDEL - CONV. 009/2018 PMG - SM	4.615,89	448.586,50	448.651,49	2.550,90
	CVMC00080-CEI SAO FRANCISCO CONV. 008/2018 - PMG S	0,00	754.434,22	735.271,22	19.163,00
	CVMC00081-CEI FRANCISCO IDALINA - CONV. N.010 SME	190,67	1.023.450,22	1.023.640,89	0,00
	TOTAL AREA DA EDUCAÇÃO	**4.806,56**	**2.224.470,94**	**2.207.563,60**	**21.713,90**
	TOTAL GERAL	**14.215.718,31**	**14.412.675,49**	**14.941.436,85**	**13.686.956,95**

CVF= CONVÊNIO FEDERAL CVE= CONVÊNIO ESTADUAL CVM= CONVÊNIO MUNICIPAL

SUBENÇÕES A REALIZAR- PRIVADO

ÁREA SOCIAL	CONCEDENTE/UPS/CONVÊNIO	SALDOS 2019	VALOR CONVENIADO e/ou RECEBIDO	VALOR REALIZADO e/ou UTILIZADO	VALOR A RECEBER e/ou UTILIZAR
	CVO000019-SNFORTALEZA - PROJETO DIAS MELHORES	1.448,75	0,00	1.448,75	0,00
	TOTAL AREA DO SOCIAL	1.448,75	0,00	1.448,75	0,00

ÁREA SAÚDE	CONCEDENTE/UPS/CONVÊNIO	SALDOS 2019	VALOR CONVENIADO e/ou RECEBIDO	VALOR REALIZADO e/ou UTILIZADO	VALOR A RECEBER e/ou UTILIZAR
	CVO000003-OBRAS SOCIAIS ARQUID DE APDA-SOL NASC I	22.500,00	46.000,00	46.499,99	24.000,01
	CVO000013-OBRAS SOCIAIS ARQUID APDA SOL NASC II	22.500,00	49.009,46	50.509,38	20.000,08
	TOTAL AREA DA SAÚDE	45.000,00	95.009,46	97.009,37	44.000,09

ÁREA EDUCAÇÃO	CONCEDENTE/UPS/CONVÊNIO	SALDOS 2019	VALOR CONVENIADO e/ou RECEBIDO	VALOR REALIZADO e/ou UTILIZADO	VALOR A RECEBER e/ou UTILIZAR
	CVO000009-OBRAS SOCIAIS ARQUID APDA CR SAO MANOEL	22.500,00	0,00	22.500,00	0,00
	CVO000004-CEI S MANOEL - FUNDACAO ITAU EDUC CULT	0,00	60.053,27	60.053,27	0,00
	CVO000018-OBRAS SOCIAIS ARQUID CRECHE SAO FRACISCO	22.500,00	0,00	22.500,00	0,00
	TOTAL AREA DA EDUCAÇÃO	45.000,00	60.053,27	105.053,27	0,00
	TOTAL GERAL	91.448,75	155.062,73	203.511,39	44.000,09

CVO= Convênio Outros Concedentes

	TOTAL GERAL	14.307.167,06	14.566.736,22	15.144.946,24	13.730.957,04

BP- LINHA 25

NOTA 11 – DOAÇÕES RECEBIDAS S/ RESTRIÇÃO

A Entidade recebeu doações e/ou contribuições de pessoas físicas e/ou jurídicas, previstas no seu Estatuto Social, Art. 6º, parágrafo 3º, e foram reconhecidas no resultado, conforme demonstrativo em anexo:

ÁREA SAÚDE GERAL	GRUPO CONTÁBIL	CÓDIGO	VALOR
COM. TERAPEUTICA	Doações Captadas No País	3.2.2.01.01	23.768.311,01
	Doações Captadas No Exterior		589.398,25
SAÚDE	Doações Captadas No País	3.2.2.01.01	879.253,23
	Doações Captadas No Exterior		0,00
	TOTAL ÁREA SAÚDE		25.236.962,49

ÁREA SOCIAL	GRUPO CONTÁBIL	CÓDIGO	VALOR
	Doações Captadas No País	3.1.4.01.01	649.268,20
	Doações Captadas No Exterior		0,00
	TOTAL ÁREA SOCIAL		649.268,20

ÁREA EDUCAÇÃO	GRUPO CONTÁBIL	CÓDIGO	VALOR
	Doações Captadas No País	3.3.2.01.01	97.095,52
	Doações Captadas No Exterior		0,00
	TOTAL ÁREA EDUCAÇÃO		97.095,52
	TOTAL GERAL		25.983.326,21

DRE LINHA 04

NOTA 12 – OUTRAS RECEITAS/DESPESAS

Outras Receitas / Despesas (Fatos Extraordinários): Conforme a Resolução CFC nº 1.152/09 que aprova NBC TG 13 e 1.157/09 que aprova CTG 02 e a Medida Provisória nº 449/08 (atual Lei nº 11.941/09) as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas ou Outras Despesas" no grupo operacional e não após a linha do "Resultado Operacional".

ÁREA SOCIAL	GRUPO CONTÁBIL	CÓDIGO	VALOR
	Geração de Rendas		0,00
	Deduções de Receita		0,00
	TOTAL ÁREA SOCIAL		0,00

ÁREA SAÚDE GERAL	GRUPO CONTÁBIL	CÓDIGO	VALOR
COM. TERAPEUTICA	Geração de Rendas	3.2.4.01	4.228.668,92
	Deduções de Receita	3.2.4.02/ 3.2.4.03	195.229,82
SAÚDE	Geração de Rendas		
	Deduções de Receita		
	TOTAL ÁREA SAÚDE		4.033.439,10

ÁREA EDUCAÇÃO	GRUPO CONTÁBIL	CÓDIGO	VALOR
	Geração de Rendas		
	Deduções de Receita		
	TOTAL ÁREA EDUCAÇÃO		0,00
	TOTAL GERAL		4.033.439,10

DRE LINHAS 14, 17 e 19

NOTA 13 – SERVIÇOS CONTRATADOS

Esclarecemos que o saldo de Receitas "Serviços contratados" se refere a Editais da SENAPRED, que contrata a prestação de serviços de Comunidades Terapêuticas para acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa. Em 2020 foram 70 Fazendas com contrato assinado e um total de 2.986 pessoas acolhidas em nossas Fazendas, com o valor total bruto de R$ 16.918.469,68 e descontos concedidos incondicionalmente no valor R$ 7.453,11 totalizando uma receita líquida de R$ 16.911.016,57.

NOTA 14 – TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento, uma importante participação, nas várias ações realizadas pela entidade.
O montante desse serviço em 2020 corresponde a R$ 11.323.552,23. O valor ora realizado está registrado em conta patrimonial especifica e reconhecida na receita e na despesa.
Com relação ao aumento significativo no montante com relação ao ano anterior, foi devido ao reconhecimento do serviço voluntário prestado pelas diretorias das unidades que não foram reconhecido anteriormente conforme devido.

ÁREA SOCIAL	GRUPO CONTÁBIL	CÓDIGO	VALOR
	Serviços Voluntários Obtidos	3.1.4.02.01	77.692,58
	Serviços Prestados Gratuito	5.1.5.02.03.0002	
	TOTAL ÁREA SOCIAL		77.692,58

ÁREA SAÚDE GERAL	GRUPO CONTÁBIL	CÓDIGO	VALOR
COM. TERAPEUTICA	Serviços Voluntários Obtidos	3.2.2.02.01	10.907.150,64
	Serviços Prestados Gratuito	5.2.1.02.03.0002	
SAÚDE	Serviços Voluntários Obtidos	3.2.2.02.01	289.700,00
	Serviços Prestados Gratuito	5.2.1.02.03.0002	
	TOTAL ÁREA SAÚDE		11.196.850,64

ÁREA EDUCAÇÃO	GRUPO CONTÁBIL	CÓDIGO	VALOR
	Serviços Voluntários Obtidos	3.3.2.02.02	49.009,01
	Serviços Prestados Gratuito	5.3.1.02.03.0002	
	TOTAL ÁREA EDUCAÇÃO		49.009,01
	TOTAL GERAL		11.323.552,23

DRE LINHA 06

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LIQUIDO

O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do período.
O Superávit do exercício de 2020 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 14, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.
A Obra Social Nossa Senhora da Glória Fazenda da Esperança esclarece que todos os recursos recebidos pela entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

NOTA 16 - AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Em 2018, 2019 e 2020 foram feitos ajustes de avaliação patrimonial de exercícios anteriores. Trata-se de levantamento feito referente a Fundo de Depreciação deixados de lançar e lançados indevidamente. Resultou um valor credor de R$ 1.999.070,67.

NOTA 17 – ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDA

A ITG 2002 foi recentemente alterada, o Art. 9b retirou a obrigação de registrar os valores das isenções usufruídas em contas de resultado, a entidade já procedia com os registros das isenções das contribuições sociais usufruídas, desta forma, optou-se por manter a renúncia fiscal relacionada com a atividade evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse.
A entidade possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), vigente até 22/11/2017 concedido pelo Ministério da Saúde por meio da portaria 191 de 03 de março de 2020. Foram protocolados, tempestivamente, novos pedidos de renovação junto ao Ministério da Saúde (Processo 25000.003105/2017-06 e Processo 25000.213604/2019-63), devido a caracterização dada pelas alterações introduzidas na Lei nº 12.101/09, pela Lei nº 12.868, de 2013 em especial no Art. 8ºb.
Conforme o Art. 29 da Lei nº 12.101/09 entidades beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições sociais, de que tratam os Art. 22 e 23 da Lei nº 8.212/91.
O reconhecimento contábil ocorre apenas para os impostos e/ou contribuições sociais isentos de recolhimentos:

ISENÇÃO DAS CONSTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUIDAS

ÁREA SOCIAL	GRUPO CONTÁBIL	CÓDIGO	VALOR
	Contribuição Previdenciária Isenta	3.1.4.03.01.0001	220.527,07
	PIS sobre FOPA Isenta	3.1.4.03.01.0003	8.648,12
	COFINS Isenta	3.1.4.03.01.0002	0,00
	TOTAL ÁREA SOCIAL		229.175,19

ÁREA SAÚDE GERAL	GRUPO CONTÁBIL	CÓDIGO	VALOR
COM. TERAPEUTICA	Contribuição Previdenciária Isenta	3.2.2.03.01.0001	1.809.846,58
	PIS sobre FOPA Isenta	3.2.2.03.01.0003	70.974,39
	COFINS Isenta	3.2.2.03.01.0002	628.333,71
SAÚDE	Contribuição Previdenciária Isenta	3.2.2.03.01.0001	507.065,42
	PIS sobre FOPA Isenta	3.2.2.03.01.0003	19.884,90
	COFINS Isenta	3.2.2.03.01.0002	0,00
	TOTAL ÁREA SAÚDE		3.036.105,00

ÁREA EDUCAÇÃO	GRUPO CONTÁBIL	CÓDIGO	VALOR
	Contribuição Previdenciária Isenta	3.2.2.03.01.0001	472.346,88
	PIS sobre FOPA Isenta	3.2.2.03.01.0003	18.523,41
	COFINS Isenta	3.2.2.03.01.0002	0,00
	TOTAL ÁREA EDUCAÇÃO		490.870,29

CONTR. SOCIAL USUFRUIDAS	GRUPO CONTÁBIL	31/12/2020	31/12/2019
	Contribuição Previdenciária Isenta	3.009.785,95	2.329.367,68
	PIS sobre FOPA Isenta	118.030,82	0,00
	COFINS Isenta	628.333,71	1.352.761,19
	TOTAL GERAL	3.756.150,48	3.682.128,87

DRE LINHAS 08, 09 e 10

NOTA 18 – MUDANÇA DE POLITICA CONTÁBIL – GRATUIDADES CONCEDIDAS

Segundo a NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a entidade deve alterar uma política contábil apenas se a mudança:

(a) for exigida por norma, interpretação ou comunicado técnico; ou

(b) resultar em informação confiável e mais relevante nas demonstrações contábeis sobre os efeitos das transações, outros eventos ou condições acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho ou dos fluxos de caixa da entidade.

Nos exercícios anteriores a 2015, Obra Social Nossa Senhora da Glória Fazenda da Esperança, registrava o valor despendido com gratuidades (custos empregados nas atividades sociais) como receita de atendimento - com gratuidade – renúncia, tendo como contrapartida conta redutora da receita denominado como Gratuidade Concedida – Atendimento Social, no intuito de demonstrar a gratuidade na Demonstração do Resultado do Exercício.
Com o advento da ITG 2002, norma especifica para as Entidades sem fins lucrativos, em especial no item 16, estabelece que o "Benefício concedido como gratuidade por meio da prestação de serviços deve ser reconhecido pelo valor efetivamente praticado", observando o disposto nesta norma a entidade entendeu que o registro da receita com atendimento, não se aplica e não atende as premissas para reconhecimento da receita contidas na NBC TG 30 – Receitas.
Desta forma, a luz da legislação vigente, a partir do exercício de 2015 optou-se por presentar como gratuidade dentro do âmbito da saúde, assistência social e educação, o custo do atendimento prestado gratuitamente, ou seja, entende-se como gratuidade os gastos efetivos realizados no decorrer do período, apurados com base na contabilização de notas fiscais, folha de pagamento, contratos de serviços e produtos, dentre outros.

NOTA 19- OBRIGAÇÕES DA SAUDE PARA FINS DE CEBAS

A Obra Social Nossa Senhora da Glória Fazenda da Esperança enquadra-se no Art. 8ºB da Lei Federal nº 12.101/09, pois atende usuários em suas comunidades terapêuticas, prestando serviços de atenção em regime residencial e transitório, executando ações de promoção da saúde voltadas para pessoas com transtornos decorrentes do uso abusivo de substâncias psicoativas. Desta forma, a aplicação e a comprovação dos requisitos para fazer jus a certificação se dá pela demonstração e comprovação contábil da aplicação de, no mínimo, 20% (vinte por cento) de sua receita bruta em ações de gratuidade.
De acordo com o § 1º do Art. 8ºB, para fins de apuração da base de cálculo as receitas provenientes de subvenção pública e as despesas decorrentes não devem incorporar a receita bruta e o percentual aplicado em ações de gratuidade.

Sendo assim, visando o pleno atendimento dos requisitos da Lei nº 12.101/09, a entidade apresenta abaixo o demonstrativo da aplicação de 20% em ações de gratuidade sobre a receita bruta da prestação de serviços de saúde e apuração das gratuidades concedidas.

*** GRATUIDADES CONCEDIDAS:**

1. CUSTOS DO SERVIÇO DE ATENÇÃO EM REGIME RESIDENCIAL

- Comunidades Terapêuticas - O atendimento realizado pela Obra Social Nossa Senhora da Glória Fazenda da Esperança, é realizado em ambiente residencial, ingresso e permanência voluntária, convivência entre os pares, sendo o período de tempo de recuperação, a metodologia utilizada e a estratégia de cuidados, estabelecidos no Plano de Acolhimento da instituição, observadas as necessidades e particularidades de cada residente. São 94 comunidades terapêuticas, que atenderam um total de 8.397 dependentes de substâncias psicoativas (droga/álcool) em 2020.

- Casas de Apoio aos portadores do vírus HIV soropositivos: 03 casas de apoio acolhendo 68 pessoas em 2020.

- Residências Terapêuticas: 03 casas de acolhimento destinadas a egressos de hospitais psiquiátricos de longa duração, para reinserção social, sendo 02 masculinas e 01 feminina, totalizando 29 moradores.

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DO PERCENTUAL DE 20% (VINTE POR CENTO) DA RECEITA BRUTA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SÁUDE EM AÇÕES DE GRATUIDADE

Doações Recursos livres na Área da Saúde	3.2.2.01.01	25.236.962,49	
Serviços Obtidos Gratuitamente	3.2.2.02	11.196.850,64	
Isenções Usufruidas - Contr. Previdenciária e PIS	3.2.2.03.01.0001/3.2.2.03.01.0002	2.407.771,29	
Serviços Contratados na Área da Saúde	3.2.1.01.02	16.911.016,57	
Outras Receitas da Área da Saúde- Atividade Laboral- Geração de Rendas	3.2.4	4.033.439,10	
(=) TOTAL DA RECEITA BRUTA (base de cálculo)		**59.786.040,09**	
Aplicação de 20% em gratuidade cont. 8ºB § 1 da Lei 12.101/09.		**11.957.208,02**	**20%**

DRE LINHAS 04, 06, 08, 09, 13, 14, 16, 17 e 19

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DO PERCENTUAL DE 20% (VINTE POR CENTO) DA RECEITA BRUTA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SÁUDE EM AÇÕES DE GRATUIDADE

Custos do Serviço de Atenção Saúde	4.2.2.01		
TOTAL DE GRATUIDADE CONCEDIDAS		**50.634.719,64**	**84%**
GRATUIDADE EXCEDENTE		**38.649.511,62**	**64%**

DRE LINHA 24

2. CUSTOS DE SERVIÇOS DE PROMOÇAO A SAUDE

Projetos "Retorno a Vida": Prevenção, Reinserção e Formação de Liderança.

O custo do serviço de atenção a saúde provido com recursos próprios é apurado pelos gastos efetivos, com base em notas fiscais, folha de pagamento, contratos de serviços e produtos, e têm por objetivo demonstrar os recursos destinados às ações em gratuidade e dão base para evidenciar os atendimentos gratuitos concedidos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

CUSTOS DOS SERVIÇOS DAS COMUNIDADES TERAPEUTICAS	**48.644.320,71**
DESPESAS DE AÇÕES DE PREVENÇÃO, REINSERÇÃO E FORMAÇÃO DE LIDERANÇA	**6.144.970,89**
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	1.536.413,81
Utilidades e Serviços (Energia Elétrica, Água, Telefone, Correio, Internet e Outros)	711.092,99
Despesas Gerais (Material de Consumo, Escritório, Alimentação e Higiene, Manutenção e Reparo Predial, Serviços Prestados PF e PJ, Viagens, Veículos, Manutenção e Reparo e Materiais de Prevenção, entre outros)	3.897.464,09
DESPESAS COMUNIDADE TERAPEUTICA	**39.436.324,73**
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	5.593.902,10
Utilidades e Serviços (Energia Elétrica, Água, Telefone, Correio, Internet e Outros)	2.407.547,59
Despesas Gerais (Material de Consumo, Escritório, Alimentação e Higiene, Manutenção e Reparo Predial, Serviços Prestados PF e PJ, Viagens, Veículos, Manutenção e Reparo e Materiais de Prevenção, entre outros)	31.434.875,04
OFICINAS DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO (LABORTERAPIA)	**3.063.025,09**
Oficina de Produto de Limpeza, Velas, Polpas de Frutas, Atelier, Padaria, Doces (Despesas com Pessoal, Encaroga, Matéria Prima, Materiais Diretos, Embalagens, Energia Elétrica, Manutenção, entres outras)	3.063.025,09
DESPESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS- CASAS DO SOL NASCENTE E RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS	**1.673.537,21**
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	1.080.764,63
Utilidades e Serviços (Energia Elétrica, Água, Telefone, Correio, Internet e Outros)	30.779,31
Despesas Gerais (Material de Consumo, Escritório, Alimentação e Higiene, Manutenção e Reparo Predial, Serviços Prestados PF e PJ, Viagens, Veículos, Manutenção e Reparo e Materiais de Prevenção, entre outros)	561.993,27
DESPESAS COM PROJETOS DE PROMAÇÃO A SÁUDE- ADI E ESPALHANDO ESPERANÇA	**316.861,72**
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	81.249,68
Utilidades e Serviços (Energia Elétrica, Água, Telefone, Correio, Internet e Outros)	14.364,03
Despesas Gerais (Material de Consumo, Escritório, Alimentação e Higiene, Manutenção e Reparo Predial, Serviços Prestados PF e PJ, Viagens, Veículos, Manutenção e Reparo e Materiais de Prevenção, entre outros)	221.248,01
CUSTOS DOS DEMAIS SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE	**1.990.398,93**
TOTAL DA GRATUIDADE	**50.634.719,64**
TOTAL DOS CUSTOS DE SERVIÇOS E ATIVIDADES NA SAÚDE	

DRE LINHA 24

3. CUSTOS AÇÕES DE PROMOÇÃO A SAÚDE PACTUADA COM O SUS

As Comunidades Terapêuticas são pactuadas com o gestor do SUS e realizam ações e serviços de gratuidade em promoção a saúde, nos termos do artigo 10, da Portaria 834 especialmente aquelas voltadas à redução de risco à saúde na área do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, englobando ações como as abaixo listadas, mas não se limitado a elas:

a) Grupo de Mutua ajuda GEV - Grupo Esperança Viva:

São 180 grupos em todos o Brasil onde foram atendidas 7200 pessoas, em mais de 8.500 encontros no ano de 2020.

b) Atividades para a reinserção social para os acolhidos após o período de recuperação; visando o fortalecimento pessoal em risco de vulnerabilidade social ou pessoal, através de escolas, seminários, acompanhamentos pessoal e manutenção do vínculo com a Fazenda da Esperança;
c) Desenvolvimento de atividades de formação ou orientação de pessoas envolvidas no trabalho com dependentes químicos e também seus familiares;
d) Cooperação com entidades que atuam na área de dependência química;
e) Atividades de orientação e aconselhamento de pessoas que necessitam ou procuram informações na área de dependência química;
f) Edição e distribuição de material informativo de prevenção; livros, boletim mensal, inclusive programa de TV semanal e Rádio Web;

Foram realizados 48 programas, em 10 emissoras de Tvs veiculando gratuitamente, sendo algumas com reprises e emitidos 12 boletins informativos com mais de 15.000 exemplares distribuidos no ano de 2020.

g) Acolhimento do dependente químico para recuperação na modalidade de Comunidade Terapêutica e também abordagem de usuários em situação de rua;
h) Encontros e acompanhamento de familiares, antes, durante e após o período de acolhimento, através do GEV - Grupo Esperança Viva;
i) Atividades de capacitação e formação dos acolhidos em diversas ofícios ou áreas de conhecimento, através de oficinas de trabalho, cursos, reuniões, etc;
j) Outras atividades que se fizerem necessárias para a devida atenção aos acolhidas, famílias e sociedade em geral, visando sempre à prevenção e a recuperação das drogas.

Sendo assim de forma gratuita é gerado custo de ações de promoção à saúde para a realização de tal, conforme descrita abaixo:

PREVENÇÃO, REINSERÇÃO E FORMAÇÃO

PLANILHA DE CUSTOS COM AÇÕES DE PROMOÇÃO A SÁUDE

CNPJ	MUNICÍPIO	ESTADO	TIPO	CUSTO ANUAL DA FILIAL
48.555.775/0001-50	Guaratinguetá	São Paulo	AÇÕES DE PREVENÇÃO, REINSERÇÃO E FORMAÇÃO DE LIDERANÇA	**6.144.970,89**

COMUNIDADE TERAPÊUTICA

PLANILHA DE CUSTOS COM AÇÕES DE PROMOÇÃO A SÁUDE

CNPJ	MUNICÍPIO	ESTADO	TIPO	Custo Anual da Filial	Total de Atendidos
48.555.775/0001-50	Guaratinguetá	São Paulo	RECANTO DA ESPERANÇA	367.654,83	0
48.555.775/0001-50	Guaratinguetá	São Paulo	CAPTAÇÃO DE RECURSOS	1.102.846,68	0
48.555.775/0001-50	Guaratinguetá	São Paulo	INSTALAÇÃO DE NOVAS FAZENDAS SÃO CRISTOVÃO E PINDA	196.464,52	0
48.555.775/0001-50	Guaratinguetá	São Paulo	CASA DOM BOSCO	8.138,08	0
48.555.775/0007-45	Guaratinguetá	São Paulo	MASCULINO	1.478.423,10	402
48.555.775/0007-45	Guaratinguetá	São Paulo	CASA DE FORMAÇÃO	15.000,00	0
48.555.775/0007-45	Guaratinguetá	São Paulo	CENTRO ESPORTIVO	58.329,76	0
48.555.775/0011-21	Guaratinguetá	São Paulo	MASCULINO	2.251.035,76	671
48.555.775/0012-02	Lagarto	Sergipe	MASCULINO	902.110,35	157
48.555.775/0013-93	Coroatá	Maranhão	MASCULINO	1.984.519,73	237
48.555.775/0015-55	Garanhuns	Pernambuco	MASCULINO	790.210,37	262
48.555.775/0017-17	Casca	Rio Grande do Sul	MASCULINO	1.028.254,23	195
48.555.775/0022-84	Rio Brilhante	Mato Grosso do Sul	MASCULINO	459.502,07	145
48.555.775/0023-65	Pacatuba	Ceará	MASCULINO	412.685,94	147
48.555.775/0026-08	Florianópolis	Santa Catarina	FEMININO	198.898,36	29
48.555.775/0027-99	Lajeado	Tocantins	MASCULINO	335.267,66	116
48.555.775/0028-70	Toledo	Paraná	MASCULINO	528.123,54	160
48.555.775/0029-50	Manaus	Amazonas	MASCULINO	1.862.989,50	385
48.555.775/0030-94	Fortaleza	Ceará	FEMININO	448.619,42	30
48.555.775/0032-56	Porto Nacional	Tocantins	MASCULINO	512.547,45	120
48.555.775/0034-18	Serra do Mel	Rio Grande do Norte	MASCULINO	331.024,28	77
48.555.775/0035-07	Passo Fundo	Rio Grande do Sul	FEMININO	249.990,12	35
48.555.775/0037-60	Poté	Minas Gerais	FEMININO	139.452,52	23
48.555.775/0039-22	São Gonçalo do Abaeté	Minas Gerais	MASCULINO	493.107,51	138
48.555.775/0042-28	Gararu	Sergipe	MASCULINO	544.373,81	50
48.555.775/0046-51	Bragança	Pará	MASCULINO	402.869,42	99
48.555.775/0048-13	Alhandra	Paraíba	MASCULINO	524.903,62	156
48.555.775/0049-02	Lagarto	Sergipe	FEMININO	251.337,11	25
48.555.775/0050-38	Sena Madureira	Acre	MASCULINO	182.308,78	26
48.555.775/0051-19	Braga	Rio Grande do Sul	MASCULINO	412.544,02	103
48.555.775/0052-08	Balsas	Maranhão	MASCULINO	279.054,67	33
48.555.775/0053-80	Marechal Deodoro	Alagoas	MASCULINO	350.709,35	107
48.555.775/0054-61	São Joaquim do Monte	Pernambuco	MASCULINO	206.481,74	101
48.555.775/0055-42	Campo Maior	Piauí	MASCULINO	230.175,30	77
48.555.775/0056-23	Abaetetuba	Pará	FEMININO	383.290,29	31
48.555.775/0057-04	Mâncio Lima	Acre	MASCULINO	235.237,05	81
48.555.775/0058-95	Iguape	São Paulo	MASCULINO	285.718,22	60
48.555.775/0059-76	Teresópolis	Rio de Janeiro	MASCULINO	454.078,78	111
48.555.775/0060-00	São Gonçalo dos Campos	Bahia	MASCULINO	287.010,76	77
48.555.775/0061-90	Poço das Trincheiras	Alagoas	MASCULINO	398.813,43	103
48.555.775/0062-71	Garuva	Santa Catarina	MASCULINO	334.578,46	116

48.555.775/0063-52	Brasília	Distrito Federal	FEMININO	232.840,42	34
48.555.775/0064-33	Campo Grande	Mato Grosso do Sul	FEMININO	303.692,95	37
48.555.775/0066-03	Sobral	Ceará	MASCULINO	773.871,59	152
48.555.775/0067-86	Ibiporã	Paraná	MASCULINO	233.641,88	30
48.555.775/00068-67	Guaratinguetá	São Paulo	FEMININO	1.785.795,52	306
48.555.775/0071-62	Guarará	Minas Gerais	MASCULINO	460.984,21	158
48.555.775/0072-43	Coromandel	Minas Gerais	MASCULINO	212.960,72	36
48.555.775/0073-24	Brejões	Bahia	MASCULINO	337.447,29	96
48.555.775/0074-05	Macaé	Rio de Janeiro	MASCULINO	539.413,15	117
48.555.775/0075-96	Iracema	Roraima	MASCULINO	319.579,60	59
48.555.775/0076-77	Piraju	São Paulo	MASCULINO	512.801,47	164
48.555.775/0077-58	Óbidos	Pará	MASCULINO	214.565,19	30
48.555.775/0078-39	Itabira	Minas Gerais	MASCULINO	466.013,20	146
48.555.775/0079-10	Carlinda	Mato Grosso	MASCULINO	234.992,90	43
48.555.775/0080-53	Itainópolis	Piauí	MASCULINO	286.752,18	65
48.555.775/0081-34	Mauriti	Ceará	MASCULINO	213.839,42	66
48.555.775/0082-15	Alegre	Espírito Santo	FEMININO	256.052,21	31
48.555.775/0083-04	Guapimirim	Rio de Janeiro	FEMININO	179.781,58	33
48.555.775/0084-87	Pouso Alegre	Minas Gerais	MASCULINO	360.351,13	100
48.555.775/0085-68	Chapecó	Santa Catarina	MASCULINO	319.223,39	59
48.555.775/0086-49	São João da Varjota	Piauí	MASCULINO	290.262,60	103
48.555.775/0087-20	Tucumã	Pará	MASCULINO	249.380,07	54
48.555.775/0088-00	São Gabriel da Cachoeira	Amazonas	MASCULINO	140.607,38	54
48.555.775/0089-91	Serra	Espírito Santo	MASCULINO	288.678,99	77
48.555.775/0096-10	Caxias	Maranhão	MASCULINO	275.632,23	91
48.555.775/0097-00	Belém	Pará	MASCULINO	804.778,51	89
48.555.775/0098-82	Jandaia do Sul	Paraná	MASCULINO	521.739,76	69
48.555.775/0099-63	Dianópolis	Tocantins	MASCULINO	217.076,81	39
48.555.775/0100-31	Aurilândia	Goiás	MASCULINO	251.007,19	77
48.555.775/0102-01	Redenção	Pará	MASCULINO	205.952,11	24
48.555.775/0103-84	Condado	Paraíba	MASCULINO	177.497,51	64
48.555.775/0105-46	Taiobeiras	Minas Gerais	MASCULINO	129.713,98	18
48.555.775/0106-27	Berizal	Minas Gerais	MASCULINO	190.378,06	14
48.555.775/0108-99	Balsas	Maranhão	FEMININO	100.183,94	8
48.555.775/0109-70	Santa Cruz do Rio Pardo	São Paulo	FEMININO	271.123,39	37
48.555.775/0110-03	Bacabal 0110	Maranhão	MASCULINO	107.058,05	33
48.555.775/0111-94	Colatina	Espírito Santo	MASCULINO	217.837,56	34
48.555.775/0114-37	Bom Jardim de Minas	Minas Gerais	MASCULINO	140.489,54	29
48.555.775/0115-18	Ilhéus	Bahia	MASCULINO	193.721,49	39
48.555.775/0116-07	Maués	Amazonas	MASCULINO	13.624,17	3
48.555.775/0117-80	Caicó	Rio Grande do Norte	MASCULINO	214.320,41	26
48.555.775/0119-41	Jaboatão dos Guararapes	Pernambuco	MASCULINO	472.335,83	145
48.555.775/0120-85	Várzea da Palma	Minas Gerais	MASCULINO	139.504,83	56
48.555.775/0121-66	Mairiporã	São Paulo	MASCULINO	431.836,15	92
48.555.775/0122-47	Urbano Santos	Maranhão	MASCULINO	52.820,08	0
48.555.775/0123-68	Goiânia	Goiás	MASCULINO	223.395,37	33
48.555.775/0124-09	Cruzeiro do Sul	Acre	FEMININO	174.751,77	23
48.555.775/0125-90	Poconé	Mato Grosso	MASCULINO	179.752,60	85
48.555.775/0126-70	Imperatriz	Maranhão	MASCULINO	219.230,60	54
48.555.775/0128-32	Santana	Amapá	MASCULINO	144.448,38	52
48.555.775/0129-13	Santa Rita do Sapucaí	Minas Gerais	FEMININO	81.449,28	0
48.555.775/0130-57	Canaã dos Carajás	Pará	MASCULINO	241.960,41	47
48.555.775/0131-38	Campo Verde	Mato Grosso	MASCULINO	52.518,24	0
48.555.775/0132-19	Humaitá	Amazonas	MASCULINO	271.385,83	54
48.555.775/0134-80	Alto Paraíso	Roraima	MASCULINO	185.479,48	54
48.555.775/0135-61	São Miguel Arcanjo	Roraima	MASCULINO	120.711,18	24
48.555.775/0136-42	Itacoatiara	Amazonas	MASCULINO	178.581,09	55
48.555.775/0091-06	Coroatá	Maranhão	FEMININO	163.865,90	35
48.555.775/0044-90	Garanhuns	Pernambuco	FEMININO	336.469,58	26
48.555.775/0093-78	Palmas	Tocantins	FEMININO	164.565,29	45
48.555.775/0092-97	Manaus	Amazonas	FEMININO	249.753,05	59
48.555.775/0095-30	Alhandra	Paraíba	FEMININO	187.165,45	29
TOTAL DE AÇÕES EM COMUNIDADES TERAPEUTICAS				**39.436.324,73**	**8397**

ATIVIDADE LABORAL

PLANILHA DE CUSTOS COM AÇÕES DE PROMOÇÃO A SÁUDE- ATIV LABORAL

CNPJ	MUNICÍPIO	ESTADO	TIPO	Custo Anual da Filial
48.555.775/0005-83	Guaratinguetá	São Paulo	MARCENARIA	38.724,38
48.555.775/0007-45	Guaratinguetá	São Paulo	ÁGUA SANITÁRIA	2.328.811,38
48.555.775/0011-21	Guaratinguetá	São Paulo	ORGÂNICOS	3.319,10
48.555.775/0011-21	Guaratinguetá	São Paulo	BANANINHAS	51.065,93
48.555.775/0013-93	Coroatá	Maranhão	POLPA	149.029,52
48.555.775/0022-84	Rio Brilhante	Mato Grosso do Sul	VELAS	122.077,17
48.555.775/0066-03	Sobral	Ceará	PADARIA	175.352,59
48.555.775/0068-67	Guaratinguetá	São Paulo	ATELIÊ	113.519,01
48.555.775/0097-00	Belém	Pará	ORGÂNICOS	81.126,01
TOTAL DE AÇÕES COM ATIVIDADE LABORAL				**3.063.025,09**

PLANILHA DE CUSTOS COM PROJETOS DE PROMOÇÃO A SÁUDE

CNPJ	MUNICÍPIO	ESTADO	TIPO	Custo Anual da Filial	Total de Atendidos
48.555.775/0001-50	Guaratinguetá	São Paulo	PROJETO ILUMINAÇÃO	25.496,76	
48.555.775/0001-50	Guaratinguetá	São Paulo	PROJETO EVENTOS E ESPALHANDO ESPERANÇA	81.004,18	
48.555.775/0001-50	Guaratinguetá	São Paulo	PROJETO - ADI	210.360,78	282

As casas de portadores vírus HIV soropositivos são pactuadas com o gestos do SUS e realizam ações e serviços de gratuidade em promoção a saúde, nos termos do artigo 10, da Portaria 834 especialmente aquelas voltadas ao acolhimento de pessoas infectadas pelo vírus HIV, em regime residencial, englobando ações como as abaixo listadas, mas não se limitando a elas:

a) Acolhimento institucional de pessoas infectadas pelo HIV (soropositivas para HIV) em regime residencial, dotadas de ambientes físicos com instalações e equipamentos necessários para esse atendimento por período de tempo indeterminado;
b) Promoção de ações relativas à alimentação saudável e adequada;
c) Ações que visam à retomada ou início do desenvolvimento de atividades laborais;
d) Realização de atividades de caráter ocupacional; atividades de lazer e recreação; atividades de arte/cultura; atividades de espiritualidade, celebração de datas comemorativas;
e) Solicitação de segunda vida de documentos e encaminhamento para inserção aos benefícios previdenciários;
f) Atendimento psicológico; atendimento médico pneumologista; atendimento médico infectologista; acompanhamento do médico psiquiatra; acompanhamento de fisioterapeuta; encaminhamento para outras especialidades; acompanhamento contínuo pela equipe técnica; acompanhamento a consultas e exames;
g) Abordagem psicossocial de grupo e individual;
h) Desenvolvimento de atividades de prevenção ao vírus da imunodeficiência humana (HIV) e às hepatites virais as quais incluem: a promoção da saúde e prevenção da transmissão do HIV, das hepatites B e C, da sífilis e de outras DSTs;

Foram 3.192 acompanhamentos e atendimentos individuais, atividades familiar, atendimento médico e fisioterápico, atividades artísticas e culturais, e atividades de formação e capacitação. Sendo assim de forma gratuita é gerado custo de ações de promoção à saúde para a realização de tal, conforme descrita abaixo:

PLANILHA DE CUSTOS COM AÇÕES DE PROMOÇÃO A SÁUDE

CNPJ	MUNICÍPIO	ESTADO	TIPO	Custo Anual da Filial	Total de Atendidos
48.555.775/0016-36	Guaratinguetá	São Paulo	SOL NASCENTE I	455.551,91	19
48.555.775/0041-47	Lagoinha	São Paulo	SOL NASCENTE II	453.079,17	21

As residências terapêuticas são pactuadas com o gestos do SUS e realizam ações e serviços de gratuidade em promoção a saúde, nos termos do artigo 10, da Portaria 834 especialmente aquelas voltadas ao acolhimento de pessoas acometidas de transtornos mentais, em regime residencial, com história de longa internação psiquiátrica (com dois anos ou mais de internação), assegurando o direito de moradia e a garantia de cuidado e de reabilitação psicossocial, englobando ações como as abaixo listados, mas não se limitando a elas:

a) Acompanhamento assistencial, psicossocial e atividades de espiritualidade, ações de lazer e cultura;
b) Acolhimento em casa com rotina semelhante a de uma família, alimentação adequada, atividades domésticas, higiene, convívio em comum, lazer e atividades sócio recreativa, atenção, reuniões, momentos de leitura e espiritualidade;
c) Cuidados com a saúde: assistência médica, odontológica e psicológica pela rede pública de Guaratinguetá-SP;
d) Acompanhamento regular da equipe técnica e interação e assistência do CAPS II;
e) Encaminhamento para obtenção de documentação para reinserção aos benefícios previdenciários;
f) Atividades de ressocialização com a comunidade, bem como a reintegração familiar, visitas aos familiares, atividades de ressocialização com participação dos familiares e atividades externas como esporte, passeios, bingos, compras, etc.

Aconteceram acompanhamento regular de equipe técnica de apoio, atividades com familiares, espiritualidades, lazer e cultura e acompanhamento psicossocial.
Sendo assim de forma gratuita é gerado custo de ações de promoção à saúde para a realização de tal, conforme descrita abaixo:

PLANILHA DE CUSTOS COM AÇÕES DE PROMOÇÃO A SÁUDE

CNPJ	MUNICÍPIO	ESTADO	TIPO	Custo Anual da Filial	Total de Atendidos
48.555.775/0014-74	Guaratinguetá	São Paulo	MASCULINO	125.594,91	10
48.555.775/0101-12	Guaratinguetá	São Paulo	FEMININO	139.217,96	10
48.555.775/0118-60	Guaratinguetá	São Paulo	MASCULINO	113.043,55	9
TOTAL				**377.856,42**	**29**

NOTA 20- OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CEBAS

Cadastro nos sistemas de informação

Conforme determinação do artigo 40 da Lei nº 12.101/09 e Art. 41 do Decreto nº 8.242/14 a Entidade já procedeu ao recadastramento no Ministério da Educação, pelo site no SISCEBAS (http://cebas.mec.gov.br/).

Conforme previsto no § 4º do Decreto Federal nº 8.242/14, todas as bolsas de estudos computadas como aplicação em gratuidade pela entidade estão informadas no Censo da Educação Básica - Educa censo.

Plano Nacional de Educação

Os serviços de educação desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) que estão inseridas e como consequência, por elas, regulamentadas.

Em atendimento no artigo 13 da Lei nº 12.101/09, o Decreto nº 8.242/14 e a Portaria Normativa nº 15, de 11 de agosto de 2017, do Ministério da Educação, para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) a Entidade cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do artigo 214 da Constituição Federal.

Análise do perfil socioeconômico

As unidades educacionais da Obra Social Nossa Senhora da Glória Fazenda da Esperança mantêm controle individual dos prontuários, com documentação e informações prestadas pelos pais ou responsáveis dos alunos, respaldando a análise socioeconômica e a concessão das bolsas educacionais integrais.

NOTA 21 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DO MÍNIMO DE BOLSAS INTEGRAIS

A Obra Social Nossa Senhora da Glória Fazenda da Esperança, está inserida na educação, atuando com 03 (três) centros de educação infantil, atendendo crianças na faixa etária de 1 ano a 05 anos e 11 meses.
A entidade mantém unidades educacionais 100% gratuitas, mantidas por recursos próprios e por meio de parcerias/convênios com órgãos públicos.
Em 15 de outubro de 2013 foi publicada a Lei nº 12.868/2013, que trouxe alterações à Lei nº 12.101/09, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social.

Mudança significativa ocorreu com a alteração do texto do Art. 13, e a inserção do Art. 13A à Lei Federal nº 12.101/09, que estabeleceram como requisito mínimo para o cumprimento da gratuidade uma bolsa integral para cada cinco alunos pagantes (1 x 5), em substituição a concessão de gratuidades no mínimo de 20% da receita efetivamente recebida

Desta feita, em atendimento ao Art. 13 (educação básica) da Lei Federal nº 12.101/09 apresentamos abaixo quadro que demonstra o cumprimento dos requisitos mínimos para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente da Instituição:

Educação Básica - 2020		
Total de Alunos Matriculados		578
(-)	Bolsas integrais 100% - Lei 12.101/2009 - Com Perfil Socioeconômico	519
(-)	Outras Bolsas institucionais 100% - Sem Perfil Socioeconômico	59
(=)	Alunos Pagantes (Base de Cálculo)	0
Alunos necessários (relação 1 para 5)		116
Alunos bolsistas integrais conforme Lei 12.101/2009 considerados para cumprimento da obrigação 1/5 - Com Perfil Socioeconômico		519
Gratuidade Excedente - Bolsas Integrais conforme Lei 12.101/2009		403

Os benefícios concedidos pela entidade a título de gratuidade são gastos efetivos no atendimento e estão apresentados, conforme discriminado no quadro abaixo.

GRATUIDADES CONCEDIDAS

ÁREA- Educação	CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Nº de Atendidos	Aplic. Dos Rec. Próprios	Aplic. De Rec. Restritos	Total dos recursos aplicados GRATUIDADE
48.555.775/0004-00	CEI SÃO MANOEL	95	128.076,19	452.543,85	580.620,04
48.555.775/0006-64	CEI SÃO FRANCISCO	174	219.332,67	757.471,39	976.804,06
48.555.775/0063-48	CEI FRANCISCO E IDALINA GUIMARÃES	309	309.972,79	1.011.786,29	1.321.759,08
		578	657.381,65	2.221.801,53	2.879.183,18

DRE LINHAS 27 e 35

NOTA 22 - OBRIGAÇÕES DA ASSISTENCIA SOCIAL PARA FINS DE CEBAS

Tipificação das ações assistenciais, custos envolvidos e forma de contabilização:

A Entidade em atendimento a Resolução do CNAS nº 109/09 tipificou suas atividades, executou suas ações, projetos e programas de forma continuada, gratuita e relacionados com o desenvolvimento (objetivos institucionais) para pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal de assistência social. Os benefícios concedidos pela entidade a título de gratuidade são gastos efetivos no atendimento dos serviços sócio assistenciais, e estão apresentados de forma tipificada, conforme discriminado no quadro abaixo.

GRATUIDADES CONCEDIDAS

ÁREA- SOCIAL	Nome do Projeto		Nº de Atendidos	Aplic. Dos Rec. Próprios	Aplic. De Rec. Restritos	Total dos recursos aplicados GRATUIDADE
Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes	Projeto Girassol	45	91.237,91	32.572,80	123.810,71
Alta	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	Casa da Criança Sol Nascente	24	582.391,13	59.354,22	641.745,35
Alta	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (Casa Lar)	Casa da Criança Laura Vicuna	28	452.611,93	791.875,00	1.244.486,93
			97	1.126.240,97	883.802,02	2.010.042,99

DRE LINHAS 26 e 33

Origem dos Recursos para realização das ações assistenciais:

A Entidade em atendimento a Lei nº 12.101/09, Decreto nº 8.242/14 e Resolução do CNAS nº 14/14, para realização de suas atividades de assistência social (fins) demonstra no quadro abaixo, as principais fontes de recursos (Art. 6º do Estatuto Social) para cumprimento de seus objetos sociais, no custeio das atividades e para investimento:

RECEITAS PARA MANUTENÇAO E INVESTIMENTO- RECURSOS LIVRES

ÁREA - SAÚDE	NOME DO PROJETO	RÚBRICA CONTÁBIL	VALOR CONTÁBIL REALIZADO
COMUNIDADE TERAPEUTICA	Doações Captadas no País	3.2.2.01.01	23.768.311,01
	Doações Captadas no Exterior	3.2.2.01.01	589.398,25
	Serviços Contratados	3.2.1.01.02	16.911.016,57
	Geração de Renda	3.2.4.01	4.228.668,92
	Recuperação Desp Reversão Estimativas	3.2.3.01	227.252,62
	(-) Deduções da Receita	3.2.4.02/ 3.2.4.03	-195.229,82
	Receitas Financeiras	3.6	152.791,11
	Outras Receitas	3.7	2.809.419,93
SAÚDE	Doações Captadas no País	3.2.2.01.01	879.253,23
	Recuperação Desp Reversão Estimativas	3.2.3.01	12.494,49
	Receitas Financeiras	3.6	7.201,73
	Outras Receitas	3.7	3.914,27
	TOTAL		49.394.492,31

ÁREA - SOCIAL	NOME DO PROJETO	RÚBRICA CONTÁBIL	VALOR CONTÁBIL REALIZADO
	Doações Captadas no País	3.1.4.01.01	649.268,20
	Recuperação Desp Reversão Estimativas		2.396,72
	Receitas Financeiras	3.6	205,02
	Outras Receitas	3.7	100,00
	TOTAL		651.969,94

ÁREA - EDUCAÇÃO	NOME DO PROJETO	RÚBRICA CONTÁBIL	VALOR CONTÁBIL REALIZADO
	Doações Captadas no País	3.3.2.01.01	97.095,52
	Recuperação Desp Reversão Estimativas	3.3.3.01.02	2.672,09
	Receitas Financeiras	3.6	3,86
	TOTAL		99.771,47

RECEITAS PARA MANUTENÇAO E INVESTIMENTO- RECURSOS LIVRES

GERAL	NOME DO PROJETO	VALOR CONTÁBIL REALIZADO
	Doações Captadas no País	25.393.927,96
	Doações Captadas no Exterior	589.398,25
	Serviços Contratados	16.911.016,57
	Geração de Renda	4.228.668,92
	Recuperação Desp Reversão Estimativas	244.815,92
	(-) Deduções da Receita	-195.229,82
	Receitas Financeiras	160.201,72
	Outras Receitas	2.813.434,20
	TOTAL	50.146.233,72

DRE LINHAS 04, 11, 13, 14,16, 17, 19, 46, 51 e 52.

NOTA 23 - NOTA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A Entidade é IMUNE à incidência da CSLL - Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido por força da Lei nº 9.532/97.

DESTAQUES RELEVANTES DO ANO 2020

Enfrentamento da Pandemia

Em 2020, o mundo enfrenta uma Pandemia, caracterizada pela Covid-19, o que levou todos os países a uma das maiores crises sanitárias e econômicas de todos os tempos.
Foram publicados inúmeros documentos e leis com foco no combate à pandemia, os quais foram seguidos por esta instituição, seja no âmbito das Comunidades Terapêuticas, nos demais serviços oferecidos e também no âmbito trabalhista.

Equipe de Colaboradores

Atendendo aos protocolos de prevenção e às determinações da OMS – Organização Mundial da Saúde, foram adotadas várias medidas de segurança entre sua equipe: alteração e distanciamento das mesas e cadeiras, tanto no refeitório quanto no local de trabalho, realização de limpeza ostensiva, fornecimento de álcool em gel e líquido 70%, máscaras de algodão, colocação de acrílico entre as mesas, fixação de cartazes estimulando boas condutas de higienização, etc. Durante o ano de 2020 não tivemos nenhum agravamento de saúde entre os membros da equipe. E para as pessoas do grupo de risco foi adotado o home office.

Acolhimento de Pessoas em Situação de Rua

Tendo em vista as determinações do Governo com as medidas de isolamento social para que todos ficassem em casa, a Fazenda da Esperança preocupada com as pessoas em situação de rua e sendo o serviço de Comunidade Terapêutica uma atividade essencial, abriu suas portas para o acolhimento desse público, respeitando todas as medidas de prevenção de contágio pelo coronavírus, inclusive com regime de quarentena, fornecendo a esse público um local seguro para moradia, alimentação e a oportunidade de recuperação através do programa de recuperação para dependentes de substâncias psicoativas.
Entre as filiais da Fazenda da Esperança no país, foram acolhidos no ano de 2020 um total de 2.410 pessoas em situação de rua, inclusive mulheres gestantes ou com seus filhos pequenos, sendo: 2.121 homens e 289 mulheres, sendo 17 mães com 23 crianças e 03 gestantes, visando o não rompimento dos vínculos familiares.

Manutenção dos Programas Sociais frente à Pandemia

Com foco na manutenção de seus programas sociais, educacionais e de saúde, buscamos novas alternativas para angariar recursos para a manutenção dos acolhidos nos diversos serviços/programas oferecidos por esta instituição - inclusive no acolhimento das pessoas em situação de rua. Tais alternativas, se deram através de "lives", promovidas por esta instituição em parceria com artistas e com a Rede Vida de Televisão, campanhas para a venda de produtos de geração de renda, sorteios filantrópicos, entre outras iniciativas.

Proteção de Menores

Nelson Giovanelli, fundador da instituição e membro da Pontifícia Comissão para a Proteção de Menores, aponta avanços no trabalho realizado na proteção de menores. A pandemia provocada pela Covid-19 foi um dos temas debatidos pelos membros já que o impacto da quarentena sobre crianças, adolescentes e adultos vulneráveis é muito maior
A Comissão promoveu um Curso de Extensão Universitário online: "Enfrentamento ao Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes". Aconteceu de 24 de fevereiro à 27 de novembro, com total de 140 horas. Foram 70 pessoas participando do curso (online), entre os responsáveis e voluntários da Fazenda da Esperança.

Guaratinguetá/SP, em 31 de março de 2021.

Pe. José Luiz de Menezes
Presidente Geral

Erika Telli dos Santos de Oliveira
CRC 1SP-302340/0-3

Prado Oliveira
AUDITORES ASSOCIADOS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros da

Obra Social N.S. Da Glória Fazenda Da Esperança.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Obra Social N.S. Da Glória Fazenda Da Esperança que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Obra Social N.S. Da Glória Fazenda Da Esperança, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 07 de abril de 2021

Carla Cristina de Oliveira Poletti

CT-CRC/SP 1SP 213167/0-1

Prado Oliveira Auditores Associados
CRC/SP 2SP 014679/O-6

Rua Hungria, 664 – 1º andar - cj.13 – Jd. Europa - São Paulo – SP - CEP: 01455-000
FONE (0XX) 11 3813-1358 cel92484574 *email:prado@pradoeoliveira.com.br*

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/verificar/E3DC-2FE4-EAFF-511B ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E3DC-2FE4-EAFF-511B

Hash do Documento

6CF28D5F1458ED3A743DD8754315D7A51CAAA211339BE972910CB0218BF8F74F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/04/2021 é(são) :

- Carla Poletti (Signatário) - 173.331.758-98 em 07/04/2021 11:50 UTC-03:00
  Nome no certificado: Carla Cristina De Oliveira Poletti
  Tipo: Certificado Digital

Parceria poder público e privado é fundamental no setor de saneamento

População é beneficiada com o modelo em parceria com a iniciativa privada

Da Redação
Guaratinguetá

Em qualquer país do mundo, todo serviço de infraestrutura básica deve suprir a demanda de sua população, pois trata-se de serviços indispensáveis sem os quais não é possível ter o mínimo de qualidade de vida. Além disso, essa ausência afeta outros seguimentos da sociedade como a saúde, a educação, a economia e, inclusive, a qualidade do meio ambiente. Os setores de energia, meio de transporte, comunicação e saneamento básico são alguns exemplos desses serviços.

O grande desafio que as instituições governamentais enfrentam, principalmente em países pobres ou emergentes, é o de disponibilizar serviços básicos de qualidade e de forma universal utilizando apenas recursos próprios. É nesse sentido que as parcerias entre o poder público e o setor privado tornam-se tão importantes. Um exemplo disso é a Parceria Público-Privada, que a Guaratinguetá Saneamento, mantém com a SAEG, na qual fica responsável pelos serviços de esgotamento sanitário do município. "Quando se trata de serviços tão essenciais, é fundamental que o poder público em suas diferentes esferas de atuação, seja federal, estadual e municipal, esteja disposto a buscar novas estratégias e parcerias para atender a demanda da população. A iniciativa privada já provou que é uma alternativa viável e espera que sua contribuição seja cada vez mais valorizada", destacou Indiara Guasti, gerente da Guaratinguetá Saneamento

O cenário do saneamento básico no Brasil demonstra uma certa fragilidade, ficando evidente a necessidade da participação do setor privado, já que cerca de 40% da população não tem serviço de coleta de esgoto e mais de 50% desse efluente não é tratado no país. Há ainda, de acordo com dados do Instituto Trata Brasil, 35 milhões de brasileiros sem acesso à água tratada e também ineficiência quanto à coleta e tratamento do lixo. Outro grave problema é que há anos o investimento em saneamento está muito abaixo do planejado pelo Plansab - Planejamento de Saneamento Básico – que estabeleceu, em 2013, como meta a universalização dos serviços de saneamento para o ano de 2033. Lamentavelmente, sem ampliar significativamente os recursos financeiros para o setor esse objetivo não será atingido.

Guasti defende maior participação do setor privado no saneamento é essencial e destaca que no Brasil apenas 6% da oferta dos serviços é realizada mediante iniciativa privada. "No Chile, país que atende mais de 90% da população com tratamento de água e esgoto, o capital privado corresponde a 94% e isso nos mostra que é possível governo e empresa privada estabelecerem parcerias de sucesso onde o resultado final é o atendimento de qualidade para toda população" comenta. A gerente também cita como exemplo positivo a Atibaia Saneamento, outra parceria público-privada, que pertence ao grupo Iguá Saneamento e que está investindo mais de R$60 milhões na ampliação e modernização da Estação de Tratamento de Esgoto Estoril, o que representará um benefício direto para mais de 85 mil munícipes.

bradesco
LEILÃO SOMENTE ONLINE 28 IMÓVEIS
FECHAMENTO: 29/04/2021 a partir das 11h00
FREITAS LEILOEIRO OFICIAL
Imóveis localizados em: AM BA GO MA MG MS MT PA PR RJ RS SC SP TO
✓ À VISTA COM 10% DE DESCONTO ✓ PARCELAMENTO EM 12 MENSAIS IGUAIS OU EM ATÉ 48 PARCELAS*
LOTE 26 - PINDAMONHANGABA/SP - CASA
Cond. Village Paineiras - Rua das Azaléias, 94 (Lt. 05 da qd. 14) - BAIRRO NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO
Área Terreno: 1.049,80m²
Área Construída estimada: 559,62m²
LANCE MÍNIMO: R$ 663.000,00
Lances "on-line", *condições de venda e pagamento de cada lote e fotos consulte site do leiloeiro.
Mais informações: www.banco.bradesco/leiloes
(11) 3117.1001 | imoveis@freitasleiloeiro.com.br
Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316
www.freitasleiloeiro.com.br

Madeireira do Trêvo
Faça da nossa Loja a sua casa
Al. Ermênio Gomes, 25 Pq. Rodovias - Lorena - www.madeireiradotrevo.com.br

PREFEITURA DE SILVEIRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 019/2021

PREGÃO PRESENCIAL N° 14/2021
TIPO: Menor Preço Global
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de organização, elaboração e realização de Concurso Público e Processo Seletivo, para o provimento de cargos do quadro da Prefeitura Municipal de Silveiras/SP, com a efetivação de inscrições, preparação e aplicação das provas, elaboração da lista de classificação geral de candidatos, bem como, promoção dos atos necessários à referida seleção, conforme descrições constantes do Termo de Referência-Anexo I. DATA PARA A ENTREGA DO(S) DOCUMENTO(S) PARA CREDENCIAMENTO, DA DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO: 05/05/2021, às 9:00 horas. Optando o licitante em não credenciar representante para os atos presenciais, a Declaração de que Cumpre os Requisitos de Habilitação, a Declaração de ME/EPP (se for o caso), deverão ser apresentados em envelopes a parte, devidamente identificados ou avulsos e, os envelopes Documentação e Proposta, poderão ser entregues na Diretoria de Licitações, no mesmo endereço em que será realizada a Sessão Pública até o dia e horário aprazados no presente edital. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal, sito à Praça Padre Antonio Pereira Azevedo, nº 52, Centro, em Silveiras/SP, após recebimento dos envelopes e documentos exigidos para o certame. O EDITAL na íntegra à disposição dos interessados no sítio da Prefeitura Municipal no endereço www.silveiras.sp.gov.br, ícone Portal da Transparência, item Licitações.
Silveiras, 19 de abril de 2021.

Guilherme Carvalho da Silva
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE SILVEIRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 020/2021

PREGÃO PRESENCIAL N° 15/2021
TIPO: Menor Preço por Item
OBJETO: Aquisição de um aparelho de ultrassonografia em atendimento a Secretaria Municipal da Saúde, conforme descrições constantes do Termo de Referência-Anexo I. DATA PARA A ENTREGA DO(S) DOCUMENTO(S) PARA CREDENCIAMENTO, DA DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO: 04/05/2021, às 9:00 horas. Optando o licitante em não credenciar representante para os atos presenciais, a Declaração de que Cumpre os Requisitos de Habilitação, a Declaração de ME/EPP (se for o caso), deverão ser apresentados em envelopes a parte, devidamente identificados ou avulsos e, os envelopes Documentação e Proposta, poderão ser entregues na Diretoria de Licitações, no mesmo endereço em que será realizada a Sessão Pública até o dia e horário aprazados no presente edital. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal, sito à Praça Padre Antonio Pereira Azevedo, nº 52, Centro, em Silveiras/SP, após recebimento dos envelopes e documentos exigidos para o certame. O EDITAL na íntegra à disposição dos interessados no sítio da Prefeitura Municipal no endereço www.silveiras.sp.gov.br, ícone Portal da Transparência, item Licitações.
Silveiras, 19 de abril de 2021.

Guilherme Carvalho da Silva
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE SILVERIAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 021/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2021
TIPO: Menor Preço por Item
OBJETO: Registro de Preços para aquisição de medicamentos para a Unidade Mista de Saúde e Postos de Saúde do município, conforme descrição constante do Termo de Referência-Anexo I. DATA PARA A ENTREGA DO(S) DOCUMENTO(S) PARA CREDENCIAMENTO, DA DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO: 06/05/2021, às 09:00 horas. Optando o licitante em não credenciar representante para os atos presenciais, a Declaração de que Cumpre os Requisitos de Habilitação, a Declaração de ME/EPP (se for o caso), deverão ser apresentados em envelopes a parte, devidamente identificados ou avulsos e, os envelopes Documentação e Proposta, poderão ser entregues na Diretoria de Licitações, no mesmo endereço em que será realizada a Sessão Pública até o dia e horário aprazados no presente edital. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal, sito à Praça Padre Antonio Pereira Azevedo, nº 52, Centro, em Silveiras/SP, após recebimento dos envelopes e documentos exigidos para o certame. O EDITAL na íntegra à disposição dos interessados no sítio da Prefeitura Municipal no endereço www.silveiras.sp.gov.br, ícone Portal da Transparência, item Licitações.
Silveiras, 19 de abril de 2021.

Guilherme Carvalho da Silva
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE SILVERIAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 022/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2021
TIPO: Menor Preço por Item
OBJETO: Registro de Preços para aquisição de medicamentos injetáveis para a Unidade Mista de Saúde do município, conforme descrição constante do Termo de Referência-Anexo I. DATA PARA A ENTREGA DO(S) DOCUMENTO(S) PARA CREDENCIAMENTO, DA DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO: 07/05/2021, às 09:00 horas. Optando o licitante em não credenciar representante para os atos presenciais, a Declaração de que Cumpre os Requisitos de Habilitação, a Declaração de ME/EPP (se for o caso), deverão ser apresentados em envelopes a parte, devidamente identificados ou avulsos e, os envelopes Documentação e Proposta, poderão ser entregues na Diretoria de Licitações, no mesmo endereço em que será realizada a Sessão Pública até o dia e horário aprazados no presente edital. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal, sito à Praça Padre Antonio Pereira Azevedo, nº 52, Centro, em Silveiras/SP, após recebimento dos envelopes e documentos exigidos para o certame. O EDITAL na íntegra à disposição dos interessados no sítio da Prefeitura Municipal no endereço www.silveiras.sp.gov.br, ícone Portal da Transparência, item Licitações.
Silveiras, 19 de abril de 2021.

Guilherme Carvalho da Silva
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE SILVEIRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 023/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2021
TIPO: Menor Preço por Item
OBJETO: Registro de Preços para aquisição de insumos médico-hospitalares para a Unidade Mista de Saúde do município, conforme descrição constante do Termo de Referência-Anexo I. DATA PARA A ENTREGA DO(S) DOCUMENTO(S) PARA CREDENCIAMENTO, DA DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO: 10/05/2021, às 09:00 horas. Optando o licitante em não credenciar representante para os atos presenciais, a Declaração de que Cumpre os Requisitos de Habilitação, a Declaração de ME/EPP (se for o caso), deverão ser apresentados em envelopes a parte, devidamente identificados ou avulsos e, os envelopes Documentação e Proposta, poderão ser entregues na Diretoria de Licitações, no mesmo endereço em que será realizada a Sessão Pública até o dia e horário aprazados no presente edital. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal, sito à Praça Padre Antonio Pereira Azevedo, nº 52, Centro, em Silveiras/SP, após recebimento dos envelopes e documentos exigidos para o certame. O EDITAL na íntegra à disposição dos interessados no sítio da Prefeitura Municipal no endereço www.silveiras.sp.gov.br, ícone Portal da Transparência, item Licitações.
Silveiras, 19 de abril de 2021.

Guilherme Carvalho da Silva
Prefeito Municipal

Lorena assina convênio com Apae para ter cinco vagas no Residência Inclusiva

Unidade garante acolhimento a pessoas com deficiência intelectual sob dependência; investimento de R$ 157,5 mil

Marcelo Augusto dos Santos
Lorena

A Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de Lorena assinou na última segunda-feira (12) um convênio com a Prefeitura para aquisição de cinco vagas da Residência Inclusiva. Instalado no centro da cidade, o serviço garante assistência de saúde e física a pessoas com síndromes de transtornos cognitivos.

Com recursos próprios, o Executivo deve desembolsar até R$ 157,5 mil durante o ano de 2021. A unidade é um local de acolhimento institucional para jovens e adultos, a partir dos 18 anos, com deficiência intelectual em situação de dependência. O espaço contará com profissionais da saúde 24 horas.

De acordo com a presidente da Apae, Sayma Pimentel Zeraik Viduedo, o município é o segundo da RMVale (Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte) a oferecer esse tipo de serviço. Apenas Taubaté tem esse serviço.

"Nesta casa a gente pode acolher até dez pacientes, e fechamos com a Prefeitura de Lorena cinco vagas, pois no Vale do Paraíba tem muito mais pacientes que precisam de acolhimento", explicou Sayma.

Ainda segundo a presidente, as outras cinco vagas serão destinadas para outros municípios, e alguns já entram em contato como Caçapava e Taubaté, mas nenhum acordo celebrado ainda.

"É um lar digno e respeitoso, onde eles vão ter comida, vão ter respeito e vão ter uma moradia digna com respeito, como todo o ser humano merece", finalizou Sayma.

Para o secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, Cláudio Luiz de Freitas, o projeto vai atender a demanda no município, que vem sendo cobrado há três anos. "Nós estamos contratando até cinco vagas com a Apae e vamos pagar em regime per capita, ou seja, se ela tiver cinco vagas ocupadas por Lorena a gente vai pagar por cinco, e se tiver uma ocupação de uma vamos pagar a proporção dessa vaga", explicou o secretário.

Cada paciente terá um custo médio de R$ 3,5 mil por mês. Os trabalhos começam com o atendimento de três pacientes na próxima segunda-feira.

No país – Segundo o Censo Demográfico 2010, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 45,6 milhões de brasileiros, ou 23,9% da população total, têm algum tipo de deficiência (visual, auditiva, física ou intelectual); 25,8 milhões (26,5%) são mulheres, 19,8 milhões (21,2%) são homens. Do total, 38,4 milhões de pessoas vivem em áreas urbanas e 7,1 milhões em áreas rurais.

Investimentos de empresas em saneamento básico aumentam a qualidade dos serviços prestados

Números mostram necessidade de se investir no saneamento

Da Redação
Guaratinguetá

O Brasil é um país de dimensão continental, com uma população de mais de 200 milhões de habitantes. Entre os problemas enfrentados está a falta de infraestrutura adequada que demonstra, entre outros indicadores, a ausência ou precariedade dos serviços de saneamento básico.

A maioria das prestações dos serviços de saneamento básico estão sob reponsabilidade dos municípios, que em muitos casos, encontram dificuldades para ofertar esses trabalhos com qualidade a toda população. É nesse contexto que a participação do setor privado no saneamento básico torna-se cada vez mais necessária, uma vez que o poder público não tem conseguido avançar sozinho para o cumprimento das metas de universalização prevista para 2033.

Com a aprovação do novo Marco Regulatório do Saneamento, Lei nº 14.026/20, o interesse e a tendência de crescimento na participação das empresas privadas no setor devem aumentar. Segundo o diretor da Guaratinguetá Saneamento, Mateus Banaco, as Parcerias Público Privadas são um modelo de contratação que atua, há pouco mais de uma década no país, como alternativa para viabilizar investimentos em obras e serviços de interesse da população.

"O setor privado tem muito a contribuir para o avanço dos índices de tratamento de esgoto nos municípios, pois possui um grande poder de investimento tanto em tecnologias como em mão de obra qualificada. Ao poder público cabe a obrigação de fiscalizar a execução dos serviços e a adequar seu planejamento financeiro a uma realidade contratual viável para não inviabilizar a execução dos cronogramas e comprometer as entregas das obras", ressalta Banaco

De maneira geral, podemos dizer que, por meio das PPPs (Parcerias Públicos Privadas), o setor público contrata de forma menos onerosa os projetos necessários, compartilhando com a iniciativa privada riscos e responsabilidades. A empresa contratada, por sua vez, é responsável por financiar, executar e operar o projeto pelo tempo determinado e conforme condições estabelecidas em contrato. "Universalizar o saneamento básico é levar qualidade de vida à população e aumentar os índices de desenvolvimentos do município. A união entre o público e o privado é o caminho mais seguro e ágil para que as obras saiam do papel e passem a ser uma realidade no dia a dia do trabalhador brasileiro", conclui o diretor.